Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Hidrovias"), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código HBSA3, foi constituída em 18 de agosto de 2010 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 - 7º andar - Pinheiros, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas a seguir, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades:

- a) Transporte de mercadorias.
- b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos.
- c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e armazenamento de mercadorias.
- d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros.
- e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R\$2.320.000 por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

Em 25 de setembro de 2020, a Companhia realizou a sua oferta pública de distribuição secundária (IPO) de, inicialmente, 399.426.570 ações ordinárias, de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido nos documentos do IPO). O preço foi de R\$7,56 por ação ordinária. A nota explicativa 19 traz os efeitos na composição acionária.

As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código HBSA3.

Covid -19

Impactos nas condições financeiras da Companhia

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do COVID-19 e o impacto operacional inicial em diferentes setores da economia global. Nossas operações, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas por nós, não sofreram impactos relevantes em razão das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas como consequência da pandemia da COVID-19. As atividades da companhia, ligados a cadeia de suprimentos de alimentos e metais básicos, são considerados negócios essenciais nos locais onde operamos e até o momento não estiveram sujeitas a restrições de operação. A natureza do nosso negócio torna pouco provável medidas restritivas à operação, uma vez que estas teriam potencial de causar disrupções nas cadeias de suprimentos de alimentos e insumos básicos. Não obstante, acreditamos que a extensão dos impactos da pandemia nos nossos resultados para os próximos trimestres dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis.

Os impactos decorrentes do surto da COVID-19 são contínuos e, portanto, avaliaremos a evolução dos efeitos da atual pandemia em nossas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. As nossas análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

Do ponto de vista gerencial, adotamos medidas de distanciamento social e prevenção com nossos colaboradores. As atividades da Holding estão ocorrendo em regime de teletrabalho desde março de 2020 e adotamos medidas de isolamento, reforço de equipamentos de proteção individual e testes para as equipes

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

da operação como medidas para reduzir os riscos de disseminação da COVID-19 e dos impactos desta em nossos negócios.

Acompanhamos continuamente o faturamento de nossas operações, o que nos possibilita antever, em certa medida, o impacto da pandemia da COVID-19 em nossas atividades.

Estamos monitorando os desdobramentos da pandemia em razão da disseminação global da COVID-19, com o objetivo de preservar a nossa segurança, de nossos colaboradores, fornecedores e clientes, bem como mapeando os reflexos da pandemia em nossos negócios. Não temos como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em nosso entendimento, o retorno às atividades administrativas nos escritórios, deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes. Acreditamos que as atuais restrições não causam, até o momento, prejuízos à operação da empresa ou à geração de receitas da Companhia.

Até o momento não identificamos riscos significativos à nossa operação, do fluxo de novos negócios ou na capacidade de pagamento de nossos clientes. Entretanto, as medidas de isolamento social impactaram alguns de nossos fornecedores, gerando atrasos na entrega de alguns projetos, notadamente na implantação da nova unidade de negócios de Sal no Rio Grande do Norte. A embarcação que será usada para esta operação (HB Potiguar) está sendo modificada em um estaleiro no Rio de Janeiro, estado bastante afetado pela pandemia, o que ocasionou atrasos nos trabalhos de manutenção e reparos da embarcação, com consequências no início da operação de transporte e carregamento de sal no Rio Grande do Norte.

Ainda, como parte das iniciativas do BNDES para atenuar os efeitos oriundos da pandemia do COVID-19, em março de 2020 o mesmo aprovou uma medida extraordinária prevendo a suspensão temporária de pagamento de juros e de amortização de principal ("Standstill") por um período de até 6 meses, conforme a Circular n° 20/2020 de 09 de abril de 2020. Em 14 de abril de 2020 o BNDES aprovou o pleito de standstill da Hidrovias do Brasil – Cabotagem, que teve seus pagamentos suspensos entre maio de 2020 e novembro de 2020. A concessão deste standstill não implica em descumprimento de nenhuma cláusula contratual nem representa evento de inadimplemento, mas não permite a distribuição de dividendos extraordinários.

Medidas adotadas pela Companhia

Com a finalidade de garantir a integridade de nossos colaboradores e também de nossas operações, a Companhia estabeleceu diversas medidas preventivas para reduzir os riscos oriundos da pandemia de Covid-19 e reduzir os riscos para a operação. Estas medidas seguem detalhadas abaixo:

- Criação de um comitê de crise com reuniões periódicas para monitorar os riscos e ações de mitigação. Todas as bases operacionais da Companhia também possuem um comitê de crise local focado em melhorar a comunicação local, garantir a implementação dos planos de ação e acompanhar os casos suspeitos
- Ações preventivas para reduzir os riscos de contaminação e protocolos para casos suspeitos, com reforço do uso de máscaras e luvas e treinamentos de conscientização sobre a Covid aos colaboradores
- Medidas adicionais de proteção e testes para as tripulações embarcadas, dado o maior risco de exposição destas por permanecerem num ambiente confinado, como extensão dos turnos de tripulações embarcadas, aumento do suprimento de alimentos e combustível e contratação de seguros para cobertura de potenciais infecções a bordo.

Com a missão de contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde a Companhia atua, em 2017 foi criado o Instituto Hidrovias e firmou-se um compromisso de longo prazo com a sociedade. A Companhia através de seu Instituto Hidrovias e Controladas engajou-se em causas humanitárias de combate ao COVID-19 e suas consequências. Foi empenhado o montante de R\$ 7.564 mil (R\$ 2.381 mil referente ao quarto trimestre) sendo tal valor convertido em 40 leitos de UTI e 160 leitos regulares no Município de Itaituba-PA, 33 respiradores hospitalares, 40 monitores e 40 leitos de UTI no Município de Barcarena-PA e diversas ações de distribuição de Kits de Higiene, Uniformes Médicos, bem como cestas básicas direcionada à

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

população de suas áreas de atuação (Santos-SP, Cubatão-SP, Belém-PA, Itaituba-PA, Barcarena-PA e Asunción - PY).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui participação acionária direta, indireta e controle em conjunto nas empresas abaixo:

				31/12/202 % Participa		31/12/2 % Partici	
Controladas	Atividade principal	País	Tipo de consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Hidrovias do Brasil - Holding Norte S.A.	Participação no capital de outras sociedades	Brasil	Integral	100.00%	-	100.00%	-
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.	Armazenamento e elevação de carga	Brasil	Integral	-	100.00%	-	100.00%
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A.	Terreno - Pré-operacional	Brasil	Integral	100.00%	-	100.00%	-
Hidrovias do Brasil - Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	Intermediação e agenciamento de serviços	Brasil	Integral	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%
Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda.	Transporte marítimo de cabotagem	Brasil	Integral	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%
Hidrovias do Brasil - Parcipação Portuária de Santos S.A.	Movimentação e armazenagem	Brasil	Integral	-	100.00%	-	100.00%
Obrinel S.A.	Terminal especializado de carga	Uruguai	Equivalência Patrimonial	-	49.00%	-	49.00%
Hidrovias del Sur S.A.	Participação no capital de outras sociedades	Uruguai	Integral	100.00%	-	100.00%	-
Baloto S.A.	Participação no capital de outras sociedades	Uruguai	Integral	4.95%	95.05%	4.95%	95.05%
Girocantex S.A.	Transporte fluvial	Uruguai	Integral	-	100.00%	-	100.00%
Hidrovias del Paraguay S.A.	Transporte fluvial	Paraguai	Integral	0.01%	99.99%	0.01%	99.99%
Pricolpar S.A.	Transporte fluvial	Paraguai	Integral	0.02%	99.98%	0.02%	99.98%
Cikelsol S.A.	Transporte fluvial	Uruguai	Integral	-	100.00%	-	100.00%
Limday S.A.	Transporte fluvial	Uruguai	Equivalência Patrimonial	-	44.55%	-	44.55%
Resflir S.A.	Arrendamento de ativos de navegação	Uruguai	Integral	-	100.00%	-	100.00%
Hidrovias International Finance S.à.r.l.	Agenciamento de operações financeiras	Luxemburgo	Integral	100.00%	-	100.00%	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Histórico e operações

Em 7 de dezembro de 2012, foi publicado no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e outras providências. A referida medida provisória foi convertida em Lei em 5 de junho de 2013 (Lei nº 12.815).

Em 9 de maio de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 016/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP, como poder concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de instalação portuária pela HB Vila do Conde, na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizado na Avenida Verde e Branco, Estrada de Itupanema, Município de Barcarena/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos vegetais, farelo e fertilizantes), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Em 31 de julho de 2014, a HB Miritituba, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 019/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP, como poder concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de instalação portuária pela HB Miritituba, na modalidade de Estação de Transbordo de Carga - ETC, localizado na margem direita do rio Tapajós, gleba de Santa Cruz, s/n, Vila de Miritituba, Município de Itaituba-PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos e farelo de soja), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Em 5 de dezembro de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 335, publicado no Diário Oficial da União.

Em 29 de dezembro de 2014, a HB Miritituba, controlada direta, obteve a concessão de REPORTO pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 303, publicado no Diário Oficial da União.

Em 24 de maio de 2016, a Companhia HB Intermediação foi constituída com a finalidade de agenciar e intermediar soluções logísticas com capital social de R\$2.500, que foi totalmente integralizado até 24 de maio de 2019.

Em 22 de setembro de 2016, a Companhia Resflir foi constituída com a finalidade de arrendar ativos de navegação.

Em 01 de dezembro de 2016, foi publicado no Diário Oficial da União a Resolução nº 5120, de 30 de novembro de 2016, por meio da qual a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) emitiu autorização para esta empresa operar como Empresa Brasileira de Navegação, na navegação de cabotagem.

Em 21 de fevereiro de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) e em 02 de dezembro de 2016, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará emitiu Licença de Operação (LO) do Terminal de Uso Privado (TUP), de propriedade da Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Em 11 de abril de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Miritituba, de instalações de Estação de Transbordo de Cargas (ETC) localizado na cidade de Itaituba, Estado do Pará. E em 05 de junho de 2016 a Companhia obteve a Licença Operacional (LO) nº 10185/2016.

Em 1° de janeiro de 2019 as empresas Hidrovias do Brasil Navegação Norte S.A. (matriz e filiais) e Hidrovias do Brasil Miritituba S.A. foram incorporadas pela Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de setembro de 2019, o Tribunal Marítimo emitiu o certificado de registro de armador da Companhia HB Santos. Com esta autorização e registro deu início a sua operação no Brasil.

Em 7 de novembro de 2019, foi homologado o procedimento de licitação para o arrendamento de instalações portuárias consubstanciado no leilão nº 01/2019-ANTAQ, referente ao arrendamento da área STS20, no Porto Organizado de Santos, no montante de R\$112.500 pelo prazo de 25 anos, destinada a movimentação e armazenagem de sal e fertilizantes.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 15 de março de 2021.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional das controladas no Uruguai, Paraguai e Luxemburgo é o dólar norte-americano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o real é contabilizado no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes.

Transações em moeda diferente da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

As demonstrações financeiras de controladas no exterior (Paraguai, Uruguai e Luxemburgo) estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional.

Respectivamente, para a moeda de apresentação, Real, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- Os ativos e passivos foram convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do balanço;
- O patrimônio líquido foi convertido a valor histórico de formação; e
- Receitas e despesas foram convertidas utilizando-se a taxa média mensal.

Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 (d) reconhecimento de receita;
- Nota explicativa nº 3 (b) consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber ;
- Nota explicativa nº 11 vida útil dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa nº 17 reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais;
- Nota explicativa nº 26 reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

• Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 21 Transação de Pagamento Baseado em Ações;
- Nota explicativa nº 27 Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Mudança nas políticas contábeis

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

As Companhias incluídas no processo de consolidação são:

		Participa	ção - %
	País	31/12/2020	31/12/2019
Controladas diretas			
Hidrovias del Sur S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias International Finance S.à.r.l.	Luxemburgo	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Holding Norte Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Interm. e Agenc. Serv. Ltda. (b)	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. (c)	Brasil	100,00	100,00
Controladas indiretas			
Girocantex S.A.	Uruguai	100,00	100,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		Participação - %	
	País	31/12/2020	31/12/2019
Girocantex S.A Filial Paraguai	Paraguai	100,00	100,00
Hidrovias del Paraguay S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Pricolpar S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Cikelsol S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Resflir S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Baloto S.A. (a)	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil Operação Portuária Santos S.A (d)	Brasil	100,00	100,00

- (a) 4,94% de participação direta e 95,06% de participação indireta através da controlada Hidrovias Del Sur.
- (b) Empresa constituída em 24 de maio de 2016.
- (c) Empresa constituída em 16 de setembro de 2016, a qual realizou a combinação de negócios naquela data.
- (d) Empresa constituída em 23 de setembro de 2019.

A Companhia reavalia se detem ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladoras.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio média mês.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão são reconhecidas em outros resultados abrangentes, tais como o hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio média mês.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

(d) Reconhecimento da receita

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

As receitas de transporte e cabotagem são reconhecidas ao longo do tempo, com base na estimativa da duração do percurso de navegação, (proporcionalmente à evolução das viagens), que se aproxima de 7 dias (transito carregado mais trânsito descarregado) para nossos navios HB Tucunaré e HB Tambaqui. As receitas referentes aos serviços de transbordo, elevação e intermediação são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços. Os preços de serviços são determinados com base em contratos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em alguns casos a Companhia opera com seus clientes sob o regime contratual de take or pay, onde o cliente garante um fluxo de pagamento mínimo anualmente ou trimestralmente dependendo de cada contrato para a prestação de serviços de logística pela Companhia. Nos casos em que os serviços prestados em cada período do relatório são inferiores a quantidade mínima esperada, a Companhia estima se o cliente poderá executar todos os serviços dentro do exercício corrente com apurações trimestrais e anuais.

(e) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(f) Instrumentos financeiros e de patrimônio

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Os investimentos da Companhia e suas controladas realizam investimentos de acordo com a política de gestão de caixa.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negocio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Contabilidade de Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de "hedge" em uma proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a "hedge" é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício em que os fluxos de caixa protegidos ("hedge") afetam o resultado, na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de "hedge". Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado.

Caso o instrumento de "hedge" não mais atenda aos critérios de contabilização de "hedge", expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de "hedge" é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Outros derivativos não mantidos para negociação, sendo quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de "hedge" de fluxo de caixa que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e, estão deduzidos da depreciação acumulada quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(h) Ativos intangíveis

Ágio

O ágio resultante da aquisição da controlada Limday é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa nº 13 (a).

O ágio não amortizável no valor de R\$ 73.102, é resultante da aquisição através de sua controlada direta Hidrovias do Brasil - Cabotagem S.A. ("HB Cabotagem") da Log-In – Logística Intermodal S.A. "Log-In" dos direitos e obrigações de um contrato comercial de transporte de bauxita.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelo exercício do direito de exploração, a partir da entrada em operação das controladas.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos.

(i) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

• títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

• outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas ("forward-looking").

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como risco e inadimplência quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento":

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

• dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adota a política de avaliar a necessidade de baixa do valor contábil bruto com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas (exceto estoques e ativos fiscais diferidos), são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(i) Beneficios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição ("vesting date").

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição ("non-vesting conditions"), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

Beneficios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia e suas controladas não podem mais retirar a oferta desses benefícios que estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade de volta, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes.

Beneficios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

(k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(l) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

(m) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

(n) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentando como informação suplementar.

(o) Segmentos operacionais

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária, que é a principal tomadora de decisões operacionais; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente atribuídos à sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração, a qual segue a segmentação de negócio por região. O corredor norte corresponde ao Pará, o corredor sul ao Paraguai e Uruguai e os demais negócios estão alocados em outros.

(p) Imposto de renda e contribuição social

Na controladora, os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. No consolidado, o imposto sobre a renda das controladas estabelecidas no Uruguai e Paraguai é calculado com base na legislação aplicável nos respectivos países, entretanto, conforme redação dada pelo artigo 52 do título IV do "Texto Ordenado 2007", as companhias de navegação são isentas de tributar suas rendas. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

(q) Subvenção e assistência governamentais

O AFRMM é um beneficio disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor.

A Companhia recebe integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza.

Esses recursos podem ser utilizados para amortização de financiamento concedidos para aquisição de embarcações.

As parcelas do AFRMM são registradas em contas específicas do ativo em contra partida no resultado, uma vez atendido os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

A Companhia reconheceu os beneficios do AFRMM no grupo Outras receitas/despesas no montante de R\$15.336 (R\$15.624 em 31 de dezembro de 2019) a serem aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos.

Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A ao qual apresentou Lucro Contábil, e consequentemente a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental.

(r) Arrendamentos

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e as controladas utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Comapnhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
 e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(s) Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de hedge.
- (i) Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

(ii) Contabilidade de hedge

As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de hedge nas seguintes áreas:

- Permitir a alteração da designação de uma relação de hedge para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma.
- Quando um item objeto de hedge em um hedge de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de hedge estão determinados.
- Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de hedge e um item do grupo é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de hedge são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de hedge.
- Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação.

(iii) Divulgação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações exigirão que a Companhia divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.

(iv) Transição

A Companhia planeja aplicar as alterações a partir de 1 de Janeiro de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consoli	dado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Conta corrente - Nacional	1.441	9.179	18.297	14.720
Conta corrente - Exterior			196.551	30.446
	1.441	9.179	214.848	45.166

5 Aplicações financeiras

5.1 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2020 31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019
JP Morgan (d)	-	-	423.064	617.572
Itaú Fundo FICFI 311 (b)	86.506	-	225.298	117.254
Fundo Itaú PP Portfólio (a)	1.200	1.157	11.833	44.735
Santander VIP (c)	-	-	22.439	-
FIDC (Fundo Invest Dir Credit) (f)	-	-	98.369	80.605
Santander Argo (h)	22	2	-	31.854
CDB ABC (e)	-	-	14.641	14.836
Fundo Safra	-	3.466	-	3.465
Banco do Brasil (g)			20.400	3.651
Total	87.728	4.625	816.044	913.972

- a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário CDI, com remuneração média de 89,49% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (98,67% em 31 de dezembro de 2019). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.
- b) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú Cambial FIC FI, referenciado na variação cambial do dólar americano Ptax800, com rentabilidade média em R\$ de 29,61% em 31 de dezembro de 2020 (6,56% em 31 de dezembro de 2019). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos Públicos Federais, sendo 80% do Patrimonio do Fundo lastreado direta ou indiretamente na variação do preço do dólar dos EUA e/ou variação do cupom cambial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander VIP Cambial, referenciado na variação cambial do dólar americano – Ptax800, com rentabilidade média em R\$ de 29,02% em 31 de dezembro de 2020. O Fundo tem por objetivo acompanhar as variações do dólar comercial norteamericano através de aplicações em ativos no exterior e crédito privado.
- d) Aplicações financeiras que representam investimentos em um fundo no exterior com o Banco J.P. Morgan, referenciado na variação do tesouro americano tiveram rentabilidade de 0,03% em 31 de dezembro de 2020 (1,74% em 31 de dezembro de 2019). A carteira é composta por títulos de renda fixa e por Títulos Tesouro Americano.
- e) As aplicações financeiras que representam investimentos em Certificados de Depósitos Bancário CDB no Banco ABC Brasil, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário CDI, com remuneração de 100% do CDI em dezembro de 2020 (98,5% em 31 de dezembro de 2019).
- f) Aplicações financeiras que representam investimentos no FIDC Upside, com rentabilidade média de 5,08% em 31 de dezembro de 2020 (-0,09% em 31 de dezembro de 2019). A carteira do fundo é composta por cessão de direitos creditórios e cotas de fundos compostos exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais e/ou por fundos cambiais lastreado direta ou indiretamente à variação da Ptax 800.
 - Aplicações financeiras que representam investimentos no FIDC Aruanã, com rentabilidade média de 4,36% em 31 de dezembro de 2020. A carteira do fundo é composta por cessão de direitos creditórios e cotas de fundos compostos exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais e/ou por fundos cambiais lastreado direta ou indiretamente à variação da Ptax 800.
- g) Aplicações financeiras que representam investimentos no Banco do Brasil, com rentabilidade média de 17,89% do CDI em em 31 de dezembro de 2020 (34,54% do CDI em 31 de dezembro de 2019). A carteira do fundo é composta por títulos de renda fixa, incluindo operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e títulos públicos federais.
- h) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander ARGO, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com remuneração média de 94,0% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (99,25% em 31 de dezembro de 2019). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2 Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	
Hidrovias Cabotagem Ltda.	14.952	15.383	
Total	14.952	15.383	

Representam investimentos no fundo BNP PARIBAS SOBERANO FIC FI RF, sujeitos à variação da taxa de juros SELIC, com remuneração média de 81,39% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (94,59% em 31 de dezembro de 2019). A carteira do fundo é composta por títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do CDI, ou, ainda, por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Estas aplicações financeiras são apresentadas no ativo não circulante e estão vinculadas aos empréstimos, conforme mencionado na nota explicativa nº 15. A cláusula contratual determina que deve-se manter em conta vinculada, durante a vigência do contrato, saldo equivalente ao previamente pactuado.

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos por entidade

	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	
Conta a receber no exterior			
Cikelsol	9.815	2.317	
Girocantex	57.740	29.493	
Del Paraguai	391	392	
Pricolpar	-	177	
Vila do Conde	95	16.935	
Intermediação	3.112	98	
	71.153	49.412	
Provisão para risco de crédito	(2.750)	-	
	68.403	49.412	
Conta a receber nacionais			
Cikelsol	1.135	-	
Intermediação	910	808	
Vila do conde	9.211	12.350	
Cabotagem	70.628	19.780	
Santos	3.965	<u> </u>	
	85.849	32.938	
Total	154.252	82.350	
Circulante	147.852	82.350	
Não circulante	6.400	-	

Conforme divulgado na nota explicativa nº 23, existe uma concentração das receitas operacionais em um número reduzido de clientes, o que, por sua vez, pode eventualmente afetar seu risco de crédito. Para informações adicionais relacionadas ao risco de crédito, vide nota 27.4.

A variação nos saldos refere-se principalmente a aumento de volume nas operações de Girocantex e Cabotagem. (vide nota explicativa nº 23 para mais informações).

A constituição para risco de créditos foi realizada com base nos clientes vencidos acima de 180 dias e com baixa probabilidade de recebimento.

6.2 Composição do contas a receber por idade de vencimento

	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	
A vencer	138.954	65.257	
Vencidos até 30 dias	11.938	4.090	
Vencidos de 30 a 60 dias	520	1.374	
Vencidos de 60 a 90 dias	214	400	
Vencidos de 90 a 120 dias	4	3.129	
Vencidos de 120 a 180 dias	1.083	6.986	
Vencidos a mais de 180 dias	4.289	1.114	
Total	157.002	82.350	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Mapa de movimentação da Provisão para risco de crédito:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Constituição de Provisão para risco de crédito	(2.750)
Estornos	_
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.750)

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolic	lado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRRF s/ Aplicação Financeira (a)	57	747	2.825	4.243
PIS / COFINS (b)	35	60	90.909	60.887
ICMS	-	18	1.205	2.566
ISS	5	8	1.320	815
IVA (c)	-	-	26.241	14.151
Total	97	833	122.500	82.662
Ativo circulante	97	827	44.912	27.463
Ativo não circulante	-	6	77.588	55.199

Os tributos a recuperar são registrados pela competência, de acordo com as retenções sofridas e/ou pagamentos realizados, de tal forma que a Companhia e suas controladas apresentam as situações abaixo:

- (a) As retenções de Imposto de Renda, sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa realizadas pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidas no Ativo conforme informações prestadas pelas instituições financeiras periodicamente;
- (b) As contribuições do Pis e da Cofins decorrem dos créditos apropriados na operação de Navegação e Rodoviário. Esses créditos são calculados, principalmente, sobre as aquisições de combustível e sobre a subcontratação de transportadoras na operação de transporte rodoviário. Os créditos são compensados mensalmente com os débitos apurados nas prestações de serviços ou trimestralmente com os débitos de outros tributos federais através de compensação via PER/DCOMP no prazo máximo de cinco anos.
- (c) O Imposto sobre Valor Agregado, é consequência da compra de insumos para a operação das empresas Hidrovias del Paraguay e Pricolpar, sendo ambas localizadas no Paraguai.

7.1 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ / CSLL		11.393	80.359	53.734
Total		11.393	80.359	53.734
Ativo circulante	-	11.393	42.986	28.116
Ativo não circulante	-	-	37.373	25.618

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O Imposto de Renda e Contribuição Social, são apresentados no ativo conforme antecipações realizadas de acordo com as legislações tributárias vigentes, a Lucro Real, bem como retenções sofridas em decorrência de pagamento de serviços prestados pela Companhia e suas controladas.

Parte do crédito de IRPJ e CSLL decorrem de antecipações de impostos ocorridas em anos anteriores que foram superiores aos impostos devidos apurados no final de cada exercício, gerando assim um saldo ativo a compensar com outros tributos federais ou restituir conforme legislação vigente.

Saldo Negativo de anos anteriores que são compensados com outros tributos federais, com critérios préestabelecidos pela legislação vigente, bem como são objeto de pedidos de ressarcimento/restituição.

8 Garantias e depósitos caução

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Projeto Obrinel (a)	8.253	6.401	8.253	6.401
Outros	847	303	1.238	303
Total	9.100	6.704	9.491	6.704

(a) Em 25 de julho de 2014, a Companhia concedeu recursos financeiros para a controlada em conjunto Obrinel cujo o montante em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 8.253 (R\$6.401 em 31 de dezembro de 2019) permanecerá como depósito garantia até a conclusão financeira do Projeto Obrinel, com o prazo 15 de dezembro de 2027. A variação dos valores é decorrente ao cambio e não ao aumento nominal de garantia.

Referente ao Projeto Obrinel e de forma adicional ao depósito garantia referido na nota, em 24 de junho de 2014, a Companhia (na condição de Sponsor do Projeto Obrinel) e sua controlada direta Hidrovias del Sur, outorgaram a favor dos bancos DEG e BROU: (i) fiança solidária à primeira solicitação (first demand) até o montante de USD 9,8M, como garantia por eventuais descumprimentos da Obrinel aos termos da financiação do Projeto; (ii) garantia corporativa até o montante de USD 10M, para cobrir eventuais deficiências financeiras ou sobrecustos do Projeto; e (iii) garantia corporativa até o montante de USD 45M para cobrir alguns riscos específicos do Projeto. As ações da Baloto (acionista direto na Obrinel) foram penhoradas também em favor dos bancos DEG e BROU em 13 de junho de 2014. Todas as garantias referidas permaneceram vigentes até a conclusão financeira do Projeto Obrinel. Clausula restritiva

Além de um elenco padrão de obrigações de fazer e não fazer, segundo os termos do financiamento tomado para o Projeto Obrinel, a Obrinel tem se comprometido a manter os seguintes ratios financeiros: (i) não superar uma relação de 70/30 entre divida total e capital próprio; (ii) razão corrente não inferior à 1; e (iii) cobertura de endividamento maior ou igual a 1.15.

Em 31 de dezembro de 2020 a Obrinel atende sem default as clausulas restritivas.

9 Adiantamento fornecedores

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Adiantamento a fornecedores nacionais	1.249	435	35.816	50.111	
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	-	-	7.135	18.523	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Total	1.249	435	42.951	68.634
Circulante	1.249	435	34.593	37.884
Não circulante	-	-	8.358	30.750

Nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020 o saldo de adiantamento a fornecedores é composto basicamente por: R\$ 494 (R\$30.750 em 31 de dezembro de 2019) referente a adiantamento para construções de embarcações; R\$ 5.128 (R\$13.004 em 31 de dezembro de 2019) referente a de compra de combustível; R\$ 0 (R\$ 4.931 em 31 de dezembro de 2019) referente a adiantamento para aluguel das embarcações para viagens pontuais; R\$15.173 referente a implantação de do projeto no terminal de Santos (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 22.156 (R\$ 19.949 em 31 de dezembro de 2019) referente a adiantamento à outros fornecedores inerentes à operação da Companhia.

10 Investimentos

A movimentação dos investimentos da controladora e do consolidado no período findo em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

	Contro	oladora	Consolidado		
Composição dos investimentos	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial	1.429.363	1.471.114	58.033	56.676	
Contrato de concessão	6.194	6.601	6.194	6.601	
Ágio			10.252	7.669	
Total Investimentos	1.435.557	1.477.715	74.479	70.946	
Provisão para perda com investimentos	-	(3.652)	-	-	
Total	1.435.557	1.474.063	74.479	70.946	

Controladora									
<u>_</u>	31/12/2019	31/12/2020							
	Saldo incial	Aumento /Redução de capital	Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	Ajuste de avaliação patrimonial- Resultado de conversão de moeda (CTA)	Dividendos	Amortização ágio	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final	
Baloto S.A.	4.972	(3.670)	-	1.307	-	-	(483)	2.126	
Hidrovias Del Sur S.A.	731.967	6	-	222.562	(63.405)	-	65.342	956.472	
Hidrovias BR - Marabá S.A.	9.322	250	-	=	-	-	522	10.094	
Hidrovias Holding Norte Ltda.	502.475	-	(111.306)	-	-	-	(119.470)	271.699	
Hidrovias Cabotagem Ltda.	205.692	(859)	(92.310)	-	-	-	53.391	165.914	
Hidrovias – Intermediação Ltda.	16.686	(128)	-	-	(4.000)	-	10.238	22.796	
Pricolpar	-	5	-	-	-	-	(3)	2	
Subtotal	1.471.114	(4.396)	(203.616)	223.869	(67.405)		9.537	1.429.103	
Contrato de concessão	6.601					(407)		6.194	
Subtotal Investimentos	1.477.715	(4.396)	(203.616)	223.869	(67.405)	(407)	9.537	1.435.297	
Hidrovias del Paraguay	-	13	-	-	· -	· -	(13)	-	
Hidrovias International Finance	(3.652)	-	-	(1.287)	-	-	5.199	260	
Total	1.474.063	(4.383)	(203.616)	222.582	(67.405)	(407)	14.723	1.435.557	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

•	31/12/2018				31/12/2019			
	Saldo inicial	Aumento /Redução de capital	Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	Ajuste de avaliação patrimonial- Resultado de conversão de moeda (CTA)	Dividendos	Amortização	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final
Baloto S.A.	4.555			417				4.972
Hidrovias Del Sur S.A.	673.198	-	-	26.518	(91.939)	-	124.190	731.967
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A.	9.182	460	-	-	-	-	(320)	9.322
Hidrovias do Brasil - Holding Norte S.A.	507.191	580	(9.786)	-	-	-	4.490	502.475
Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda.	201.942	-	(10.300)	-	-	-	14.050	205.692
Hidrovias – Intermediação Ltda.	15.794	(13.293)	-	-	-	-	14.185	16.686
Subtotal	1.411.862	(12.253)	(20.086)	26.935	(91.939)		156.595	1.471.114
Contrato de concessão	15.404	-	-	(7.278)	-	(1.525)	-	6.601
Subtotal Investimentos	1.427.266	(12.253)	(20.086)	19.657	(91.939)	(1.525)	156.595	1.477.715
Hidrovias International Finance	2.364	-	-	2.274	-	-	(8.290)	(3.652)
TOTAL	1.429.630	(12.253)	(20.086)	21.931	(91.939)	(1.525)	148.305	1.474.063

	Consolidado							
	31/12/2019	31/12/2020						
	Saldo incial	Dividendos pagos	Resultado de conversão de moeda (CTA)	Resultado de equivalência patrimonial	Amortização	Saldo final		
Limday	15.570	(6.839)	2.396	3.446	-	14.573		
Obrinel	41.106	-	11.162	(8.808)	-	43.460		
Subtotal	56.676	(6.839)	13.558	(5.362)		58.033		
Contrato de concessão (b)	6.601	-	-	-	(407)	6.194		
Ágio (a)	7.669	-	3.225	-	(642)	10.252		
Total	70.946	(6.839)	16.783	(5.362)	(1.049)	74.479		

		Consolidado									
	31/12/2018	31/12/2018 31/12/2019									
	Saldo incial	Resultado de conversão de moeda (CTA)	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos pagos	Baixas	Amortização	Saldo final				
Limday	14.224	509	2.517	(1.680)	-	-	15.570				
Obrinel	48.719	1.609	(9.222)				41.106				
Subtotal	62.943	2.118	(6.705)	(1.680)	-		56.676				
Contrato de Concessão (b)	15.404	-			(7.278)	(1.525)	6.601				
Ágio (a)	7.778	334	<u> </u>	<u> </u>	-	(443)	7.669				
Total	86.125	2.452	(6.705)	(1.680)	(7.278)	(1.968)	70.946				

Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na demonstração de fluxo de caixa na atividade de investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os efeitos de conversão das demonstrações elaboradas em moeda estrangeira, conhecido como CTA (currency tranlation adjustments), são apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA).

(a) Ágio gerado na aquisição de 44,55% das ações representativas do capital social da Limday. O ágio da Limday de R\$ 10.252 (R\$7.669 em 31 de dezembro de 2019) está fundamentado em projeções desenvolvidas sobre a rentabilidade futura das operações.

(b) Contrato de Concessão

O valor de R\$ 6.194 (R\$6.601 em 31 de dezembro de 2019), refere-se ao direito de concessão da Baloto na aquisição da Obrinel, está fundamentado em projeções desenvolvidas pela Companhia sobre a rentabilidade futura das operações da Obrinel.

Por Resolução N° 307/4.039 na data de 17 de junho de 2020, a Administração Nacional de Portos do Uruguai aprovou algumas mudanças nos termos da concessão, incluindo uma extensão no prazo da concessão (por mais 20 anos, até novembro 2051), junto com uma autorização à construção de um píer adicional. Essas mudanças foram aprovadas pelo Poder Executivo do Uruguai em 4 de setembro de 2020, sendo refletidas em um aditivo, assinado em 24 de novembro de 2020, ao atual contrato de concessão.

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e em conjunto são apresentadas a seguir:

31/12/2020

			31/12/2	2020		
	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) das empresas do exercício	Receitas líquidas
Controladas diretas						
Hidrovias del Sur S.A.	4.330.646.746	1.083.630	127.158	956.472	65.375	-
Hidrovias International Finance S.à r.l.	12.000	3.171.915	3.171.655	260	5.199	-
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A.	20.000.000	11.197	1.103	10.094	522	-
Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda (c)	220.475.382	871.721	704.186	167.535	54.153	214.628
Hidrovias do Brasil - Intermediação o Agenciamento de Serviços Ltda	2.500.000	31.585	8.514	23.071	10.386	23.587
Hidrovias do Brasil - Holding Norte S.A.	512.989.094	317.320	45.621	271.699	(230.776)	-
Controladas indiretas						
Girocantex S.A.	2.442.140.008	1.434.914	912.489	522.425	132.665	398.747
Hidrovias del Paraguay S.A.	266.377	97.248	88.528	8.720	(47.351)	90.030
Pricolpar S.A	17.910	224.564	51.782	172.782	(17.680)	42.894
Cikelsol S.A.	800.000	302.011	262.286	39.725	(2.507)	110.536
Resflir S.A.	20.000	88.611	62.935	25.676	14.558	18.561
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.	519.596.445	2.091.668	1.804.512	287.156	(215.312)	834.551
Hidrovias do Brasil Operação Portuaria Santos	43.904.863	316.315	287.938	28.377	(15.460)	39.761
Baloto S.A.	599.999.999	46.759	3.803	42.956	(8.813)	-
Controladas em conjunto Limday S.A.	42.902.541	16.507	1.935	14.572	3.445	13.844
Obrinel S.A.	587.999.999	188.388	144.928	43.460	(8.808)	20.313

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2019 Patrimônio Lucro Quantidade de Total de Total de líquido (Prejuízo) das Receitas ações ativos passivos (passivo a empresas no líquidas descoberto) exercício Controladas diretas Hidrovias del Sur S.A. 4.330.646.746 802.367 70.400 731.967 124.190 Hidrovias International Finance S.à r.l. 12.000 2.451.528 2.455.180 (3.652)(8.290)Hidrovias do Brasil - Marabá S.A. 20.000.000 (320)9.340 18 9.322 Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda (c) 63.400.000 757.948 552.257 205.691 14.050 155.322 Hidrovias do Brasil - Intermediação e Agenciamento de 454.000 24.629 7.944 16.685 14.185 34.114 Serviços Ltda Hidrovias do Brasil - Holding Norte S.A. 489.523.849 548.326 45.851 502.475 4.490 Controladas indiretas Girocantex S.A. 2.442.140.008 1.269.029 773.025 496.004 115.478 342.873 Hidrovias del Paraguay S.A. 68.275 83.975 4.312 99.654 (31.379)4.002 Pricolpar S.A 17.910 144.193 116.760 27.433 40.001 (3.585)Cikelsol S.A. 800.000 228.841 197.222 31.619 7.808 107.598 Resflir S.A. 20.000 58.086 47.354 9.474 10.732 13.210 Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A. 488.550.185 1.882.320 1.386.242 496.078 (12.404)394.091 Hidrovias do Brasil Operação Portuaria Santos 43.904.263 46.846 3.009 43.837 (68)Baloto S.A. 599.999.999 7.808 43.554 2.834 40.720 Controladas em conjunto Limday S.A. 42.902.541 16.438 868 15.570 2.517 10.923

(c) A receita está sendo apresentada líquida do Hedge Accounting no montante de R\$8.767 (R\$6.337 em 31 de dezembro de 2019).

146.445

105.339

41.106

(9.222)

9.080

587.999.999

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia realizou aumento de capital na empresa Hidrovias del Paraguay S.A em U\$18.876.409 com a Girocantex S.A, a nova quantidade de quotas passou a ser 266.377, sendo 262.066 da Girocantex.

Balanço e DRE controladas em conjunto

Obrinel S.A.

	Limday	Limday	Obrinel	Obrinel
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante	13.210	9.956	9.218	9.203
Ativo não circulante	23.844	26.942	375.248	289.665
Total do ativo	37.054	36.898	384.466	298.868
Passivo circulante	4.344	1.949	229.023	11.761
Passivo não circulante	-	-	66.750	203.217
Patrimonio líquido	32.710	34.949	88.693	83.890

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Total do passivo	37.054	36.898	384.466	298.868
Receita líquida	31.075	24.520	41.455	18.530
Custo e Despesas Lucro líquido do	23.341	18.869	59.430	37.350
exercício	7.734	5.651	17.975	18.820

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11 Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Controladora	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informatica	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019	1.070	43	198	873	3.552	5.736
Adições	-	-	-	-	3.165	3.165
Depreciação	(394)	(16)	(42)	(309)	<u> </u>	(761)
Saldo em 31/12/2020	676	27	156	564	6.717	8.140
Custo histórico	2.538	168	421	1.778	6.717	11.622
Depreciação acumulada	(1.862)	(141)	(265)	(1.214)	-	(3.482)
Taxa anual de depreciação - %	10	10	10	25		
Controladora	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	1.465	60	238	190	2.162	4.115
Adições	-	-	2	915	1.390	2.307
Baixas	-	-	-	(10)	-	(10)
Depreciação	(395)	(17)	(42)	(222)	-	(676)
Saldo em 31/12/2019	1.070	43	198	873	3.552	5.736
Custo histórico	2.538	168	420	1.778	3.552	8.456
Depreciação acumulada	(1.468)	(125)	(222)	(905)	-	(2.720)
Taxa anual de depreciação - %	10	10	10	25		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informatica	Veículos	Empurradores, barcaças, navios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019	84.091	511.328	10.138	359	279.175	2.322	184	1.908.317	132.550	2.928.464
Adições	1.361	-	13	7	1.259	425	-	295	284.463	287.823
Transferências	-	-	-	-	-	-	_	68.140	(68.140)	=
Depreciação	-	(23.841)	(1.657)	(71)	(43.562)	(840)	(25)	(119.567)	-	(189.563)
Ajuste de conversão	-	-	1.110	74	2.808	77	48	324.071	692	328.880
Saldo em 31/12/2020	85.452	487.487	9.604	369	239.680	1.984	207	2.181.256	349.565	3.355.604
Custo histórico	85.452	594.885	14.895	822	411.123	5.361	863	2.654.473	349.565	4.117.439
Depreciação acumulada	-	(107.398)	(5.291)	(453)	(171.443)	(3.377)	(656)	(473.217)	-	(761.835)
Taxa anual de depreciação - %	-	4	10	10	10	25	20	4	-	

			Instalações e	Móveis e	Máquinas e	Equipamentos Eletrônicos e		Empurradores, barcaças e	Imobilizado em	
Consolidado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Utensílios	equipamentos	informatica	Veículos	navios	andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	84.091	534.837	11.395	346	320.269	1.061	238	1.764.960	225.427	2.942.624
Adições	-	330	51	57	1.606	1.912	-	15.933	81.898	101.787
Baixas	-	-	=	(1)	-	(10)	-	-	-	(11)
Transferências	-	-	=	7	-	-	-	176.329	(176.336)	-
Depreciação	-	(23.839)	(1.468)	(59)	(43.094)	(656)	(61)	(91.219)	-	(160.396)
Ajuste de conversão	-	-	160	9	394	15	7	42.314	1.561	44.460
Saldo em 31/12/2019	84.091	511.328	10.138	359	279.175	2.322	184	1.908.317	132.550	2.928.464
Custo histórico	84.091	594.885	13.772	742	407.056	4.859	815	2.264.943	132.550	3.503.713
Depreciação acumulada	-	(83.557)	(3.634)	(383)	(127.881)	(2.537)	(631)	(356.626)	-	(575.249)
Taxa anual de depreciação - %	-	4	10	10	10	25	20	4	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 28.400 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A taxa média de capitalização em 2020 foi de 5,95% a.a.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC variou entre 9,8% a 5,4%, (10,0% a 5,6% em 31 de dezembro de 2019) considerando parâmetros de mercado.

As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC.

O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada. O crescimento da receita projetada levou em consideração os contratos de "*Take or Pay*" de longo prazo. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação prevista para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e atualizados pela taxa de inflação projetada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Administração realizou estudo e determinou que não existe necessidade de provisão para redução do saldo contábil.

12 Bem de direito de uso

A composição e movimentação do ativo de bem de direito de uso em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Controladora	Imóveis	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	1.101	1.101
Amortização	(1.101)	(1.101)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	-	-
Controladora	Imóveis	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial	2.202	2.202
Amortização	(1.101)	(1.101)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	1.101	1.101

Consolidado	Imóveis	Embarcações	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	5.954	26.580	32.534
Constituição	130.733	5.796	136.529
Amortização	(7.272)	(6.491)	(13.763)
Ajuste de conversão	1.814	-	2.636
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	131.229	25.885	157.114

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Imóveis	Embarcações	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial	8.909	30.205	39.114
Amortização	(2.955)	(3.625)	(6.580)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	5.954	26.580	32.534

Abaixo a movimentação do passivo de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.149	32.775
Constituição	-	136.528
Juros e atualização monetária	91	3.467
Pagamento do principal	(1.060)	(18.675)
Realização do ajuste a valor presente	-	8.016
Ajuste de conversão	<u>-</u>	2.636
Saldo em 31 de dezembro de 2020	180	164.747
Circulante	180	14.446
Não circulante	-	150.301
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial	2.202	39.114
Juros incorridos	91	1.677
Pagamento do principal	(1.144)	(8.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.149	32.775
Circulante	90	107
Não circulante	1.059	32.668

Cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2021	180	20.588
2022	-	19.628
2023	_	19.705
2024	_	19.792
2025	_	19.347
2026 em diante	-	318.043
Total	180	417.103
Juros e ajuste a valor presente	-	(252.356)
Passivo dos arrendamentos	180	164.747

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A taxa média de desconto para ativos arrendados é de 9,4% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (7,7% p.a. para 31 de dezembro de 2019).

A Companhia e suas controladas possuem o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis/Confis apresentados no quadro a seguir:

Controladora e Consolidado

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado Valor Presente
Contraprestação do arrendamento com incidência de imposto (a)	410.961	159.977
Contraprestação do arrendamento sem incidência de imposto (b)	6.142	4.770
Total	417.103	164.747
Pis/Cofins (9,25%)	38.014	14.798

- (a) Contraprestações de arrendamentos no Brasil com incidência de impostos.
- (b) Contraprestações de arrendamentos no Uruguai e Paraguai sem incidência de impostos.

13 Intangível

Controladora	Software	Contratos	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019	8.515	1.312	2.379	12.206
Adições	-	-	17.366	17.366
Amortização	(4.989)	(164)	-	(5.153)
Saldo em 31/12/2020	3.526	1.148	19.745	24.419
Taxa anual de amortização - %	20	(*)	-	-
Custo histórico	26.983	1.711	19.745	48.439
Amortização acumulada	(23.457)	(563)	-	(24.020)
			Intangível em	
Controladora	Software	Contratos	andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	13.229	1.477	-	14.706
Adições	56	-	2.379	2.435
Amortização	(4.770)	(165)	<u> </u>	(4.935)
Saldo em 31/12/2019	8.515	1.312	2.379	12.206
Taxa anual de amortização - %	20	(*)	-	-
Custo histórico Amortização acumulada	26.983 (18.468)	1.711 (399)	2.379	31.073 (18.867)
Consolidado	Software	Contratos (b)	Ágio (a) Intangível e andamento	

Consolidado	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019	14.611	135.656	73.121	4.741	228.129
Adições	46	95.710	-	18.473	114.229
Amortização	(6.440)	(12.940)	-	-	(19.380)
Ajuste de conversão	92	-	-	(155)	(63)
Saldo em 31/12/2020	8.309	218.426	73.121	23.059	322.915

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa anual de amortização - %	20	(*)	-	-	-
Custo histórico	36.568	258.645	73.121	23.059	391.393
Amortização acumulada	(28.259)	(40.219)	-	-	(68.478)

(*) Amortização pelo prazo dos respectivos contratos

Consolidado	Software	Contratos (b)	Ágio (a)	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	21.022	144.781	73.121	1.642	240.566
Adições	90	-	-	3.099	3.189
Amortização	(6.646)	(9.125)	-	-	(15.771)
Ajuste de conversão	145	-	-	-	145
Saldo em 31/12/2019	14.611	135.656	73.121	4.741	228.129
Taxa anual de amortização - %	20	(*)	-	_	_
Custo histórico	36.430	162.935	73.121	4.741	277.227
Amortização acumulada	(21.819)	(27.279)	-	-	(49.098)

^(*) Amortização pelo prazo dos respectivos contratos

(a) Ágio

O ágio gerado na aquisição dos ativos e passivos da "Log-In" no valor de R\$73.121, pela controlada Cabotagem, fundamentado como rentabilidade futura das operações.

Em 31 de dezembro de 2020, utilizando a premissa de cálculo sobre os fluxos de caixa futuros projetados, no período do contrato comercial e, aplicando a taxa de desconto, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para "impairment". A Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, os ágios foram alocados para as unidades geradoras de caixa (UGC) de sua origem.

O valor recuperável destas UGC foi baseado no valor justo, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC para cada UGC é 5,4%, (5,6% em 31 de dezembro de 2019) considerando parâmetros de mercado.

As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC. Não foi considerada taxa de crescimento na perpetuidade.

O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada. O crescimento da receita projetada levou em consideração os contratos de "*Take or Pay*" de longo prazo. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação prevista para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e atualizados pela taxa de inflação projetada.

O valor recuperável estimado das UGCs foi superior ao seu valor contábil, assim, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para "*impairment*".

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Contratos

- Contrato de clientes adquirido pela controlada Cabotagem em dezembro de 2016 com duração de 18 anos para a prestação de serviço de navegação para transporte de Bauxita. O valor do contrato é amortizado com base na vigência do contrato.
- Contrato de arrendamento adquirido pela controlada Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A com duração de 25 anos a partir da data de assunção de 3 de março de 2020 no montante de R\$112.500 referente a Outorga e ajuste a valor presente no valor de R\$19.379, para a movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes e sais, localizado dentro do Porto de Santos. A taxa média de desconto para esses ativos é de 9,4% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O valor do contrato é amortizado com base na vigência do contrato. O quadro abaixo demonstra a movimentação da obrigação constituída, por conta da Obrigação junto à ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquáticos):

	Consolidado		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-		
Constituição (*)	85.685		
Ajuste a valor presente	(19.379)		
Atualização monetária	4.237		
Realização do ajuste a valor presente	3.230		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	73.773		
Circulante	18.547		
Não circulante	55.226		

^(*) Valor apresentado líquido da 1ª parcela do contrato de arrendamento adiantada em 2019 no valor de R\$28.125

14 Fornecedores

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Fornecedores nacionais	9.229	3.018	56.342	40.342	
Fornecedores estrangeiros			12.164	9.603	
Total	9.229	3.018	68.506	49.945	

15 Empréstimos e Financiamentos

				Conso	lidado
	Tipo	Vencimento final	Taxa de juros - a.a.	31/12/2020	31/12/2019
HB International Finance:	Bond	jan/25	5,95%	3.054.182	2.454.044
HB Cabotagem:					
BNDES	Cédula de Crédito Bancária	mar/33	2,5% - 3,9% + Ptax 800 BCB (USD)	666.485	528.667
Safra/BNDES	Finame	jun/21	TJLP + 4,80 - 4,90%	-	406
HB Vila do Conde:					
Santander	Financiamento de Projetos	jan/25	6,1% - 6,3%	2.467	1.952

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Resflir:						
Banco ABC	Financiamento de Projetos	jul/20	5,6% + Libor	<u>-</u> _	5.440	
Total				3.723.134	2.990.509	
Classificado como:			•			
Circulante				185.954	172.275	
Não circulante				3.537.180	2.818.234	

A movimentação dos empréstimos e financiamentos consolidados é conforme segue:

Empresa - R\$	Saldo em 31/12/2019	Juros	Reversão/Custo Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Recompra Bond	Ajuste de conversão	Variação Cambial	Efeito Hedge	Saldo em 31/12/2020
Luxemburgo (c)	2.454.044	184.132	5.336	-	(184.132)	(100.101)	694.903	-	-	3.054.182
Vila do conde (d)	1.952	3.096	-	-	-	-	(2.581)	-	-	2.467
Cabotagem (a)	529.073	22.239	-	(25.563)	(10.398)	-	-	2.438	148.696	666.485
Resflir (b)	5.440	150	-	(6.943)	(164)	-	1.517	-	-	-
	2.990.509	209.617	5.336	(32.506)	(194.694)	(100.101)	693.839	2.438	148.696	3.723.134

Empresa	Saldo em 31/12/2018	Incorporação	Juros	Reversão /Custo Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Ajuste de conversão	Efeito Hedge	Varicação cambial	Saldo em 31/12/2019
HBSA – Holding	16.138	-	158	-	(15.833)	(293)	-	-	(170)	
Luxemburgo (c)	2.354.139	-	140.876	5.079	-	(140.876)	94.826	-	-	2.454.044
Vila do conde (d)	1.209	2.823	_	-	-	(2.080)	-	-	-	1.952
Miritituba	1.363	(1.363)	_	-	-	_	-	<u>-</u>	-	-
Navegação	1.460	(1.460)	_	-	-	_	-	_	-	_
Cabotagem (a)	549.481	-	17.599	-	(41.012)	(18.062)	-	21.067	-	529.073
Resflir (b)	17.356	-	540	-	(12.288)	(600)	432	-	-	5.440
	2.941.146		159.173	5.079	(69.133)	(161.911)	95.258	21.067	(170)	2.990.509

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos

- a) Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia assumiu através da sua controlada indireta HB Cabotagem, em negociação com a Log-In, o contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito com o BNDES, no valor total de US\$ 144.644 mil dólares americanos que são equivalentes a R\$ 491.601, referente a aquisição de dois navios graneleiros, cujos pagamentos ocorrerão mensalmente com a liquidação final prevista para 10 de março de 2033. Estão dados em garantia os ativos adquiridos Tucunaré e Tambaqui.
 - Em 15 de maio de 2017 a controlada Hidrovias do Brasil Cabotagem Ltda. contratou uma linha de Finame com repasse pelo Banco Safra, para a compra de pás carregadoras, no montante total de USD588 mil (equivalente a R\$ 1.823). A companhia pre-pagou esta dívida em 15 de setembro de 2020.
- b) Em 15 de março de 2017, a controlada indireta Resflir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco ABC equivalente a R\$15.449 (US\$5.000 mil), com sua liquidação efetuada em 14 de julho de 2020.
- c) Em 24 de janeiro de 2018 a Companhia captou através de sua subsidiária em Luxemburgo um Bond no valor de US\$600.000 mil, com vencimento em 24 de janeiro de 2025. O valor contabilizado está líquido do custo de captação US\$5.100 mil e será amortizado de acordo com a vigência do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Em 23 de março de 2018 o montante de R\$1.498.909 referente as dívidas do corredor norte e sul foram liquidadas com a emissão do Bond, sendo que os ativos financiados do corredor norte, dados em garantias à estas dívidas, estão em fase de liberação. Apesar da antecipação do pagamento das dívidas, houve cobrança de multas contratuais, multas sobre o pré-pagamento, taxas de anuência dos bancos, baixa do saldo de derivativos e outros custos adicionais, vide nota 24 (Resultado Financeiro).

Em 22 de março de 2018 a Companhia captou, através de suas subsidiárias Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., Hidrovias do Brasil – Miritituba S.A. e Hidrovias do Brasil – Navegação Norte S.A. (as duas últimas, posteriormente incorporadas pela Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.) NCEs (Nota de Crédito à Exportação) com o Banco Santander, no montante total de R\$1.120.734, cuja nota possui pagamento de juros semestrais, vencimento em 21 de janeiro de 2025 e incide juros conforme cronograma previsto em contrato.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Hidrovias do Brasil através de avais, notas promissórias ou depósitos em contas bancárias.

O Bond tem aval das empresas Hidrovias do Brasil S.A., Hidrovías del Sur S.A., Cikelsol S.A., Pricolpar S.A., Hidrovias del Paraguay S.A., Girocantex S.A., Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., e Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A.

Cláusulas restritivas

A Companhia, através de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas a alguns financiamentos, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais. Além dessas, existem outras cláusulas não financeiras.

A Controlada Cabotagem possui a seguinte cláusula: (i) manter o índice de capitalização maior ou igual a 25%. O índice de capitalização é dado pelo PL ajustado sobre ativo total. O PL ajustado é o PL excluindo as variações cambiais passivas e ativas, e (ii) manter o índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,3. O ICSD é o Ebitda menos IR e CSLL e variação do capital de giro, excluindo caixa e dívida, sobre o serviço da dívida. Em 31 de dezembro 2020 as cláusulas da Controlada Cabotagem foram integralmente atingidas assim como em 31 de dezembro de 2019.

Já a Controlada Hidrovias International Finance possui o covenant financeiro ao Bond de Alavancagem ("dívida líquida sobre ebitda", excluindo os efeitos das subsidiarias não restritas), relacionado ao Bond, que deve ser menor de 4,5x até dezembro de 2019 e menor que 3,5x a partir de 2020, para que pagamentos de dividendos (exceto dividendos mínimos obrigatórios) e assunção de novas dívidas possam ser incorridas.

Em 31 de dezembro de 2020 o covenant financeiro da Controlada Hidrovias International Finance não foi atingido devido ao teto ser de 3,5x contra 7,1x realizado, decorrente do câmbio do período em 31 de dezembro de 2020. A quebra do covenant não acelera o pagamento da dívida e não causa default. Contudo a Companhia não poderá levantar novas dívidas ou pagar dividendos extraordinários (acima do requisito mínimo). Apesar da mencionada quebra de covenant, a Companhia não espera impactos a curto e médio prazo em suas operações e acredita que não precisará de empréstimos ou capital de giro para cumprir suas obrigações.

Recompra Bond

Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de junho de 2018, a Companhia pode realizar recompras do Bond 2025 pontualmente quando a oportunidade for adequada e desde que não exceda o montante total de USD 50.000.000. Esse valor não configura uma oferta a mercado de recompra e possibilita uma oportunidade de liquidez a bondholders que eventualmente precisem de liquidez.

Em decorrência da atual circunstância de mercado com a pandemia do corona vírus, o papel da Companhia teve seu preço reduzido no mercado secundário, o que possibilitou que a Companhia avaliasse possíveis recompras. Desta forma, dado que a Companhia possui uma liquidez robusta, até 31 de dezembro de 2020, em decorrência da alta volatilidade do mercado, a Companhia realizou recompras no total de USD 24.850.000, que o principal da dívida neste mesmo montante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Vencimento das parcelas de longo prazo – consolidado

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os vencimentos a longo prazo, têm a seguinte composição:

	Consolidado					
	31/12/2020	31/12/2019				
13 a 24 meses	51.018	48.775				
25 a 36 meses	53.608	42.099				
37 a 48 meses	54.492	41.994				
49 a 60 meses	3.110.445	41.994				
A partir de 61 meses	267.617	2.643.372				
Total	3.537.180	2.818.234				

16 Obrigações sociais e trabalhistas

	Control	adora	Conso	lidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para bônus e gratificações	13.709	9.206	23.284	14.619
Férias e encargos	1.569	2.281	8.782	8.883
INSS a recolher	1.072	486	2.865	1.111
IRRF a recolher	1.137	508	2.873	1.026
FGTS a recolher	337	174	1.259	559
Outros			397	
Total	17.824	12.655	39.460	26.198

17 Processos judiciais

i i ocessos judiciais				
		Consolie	dado	
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Trabalhista	5.884	4.320	(413)	9.791
Cívil	-	3	-	3
	5.884	4.323	(413)	9.794
		Consoli	dado	
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Trabalhista	7.612	2.261	(3.989)	5.884
Cívil	-	7.258	(7.258)	-
	7.612	9.519	(11.247)	5.884

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas apresentaram o montante de R\$ 9.794 (R\$ 5.884 em 31 de dezembro de 2019) referente a processos trabalhistas na controlada indireta HB Vila do Conde, tendo como objeto da ação lucros cessantes, danos morais e honorários advocatícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas, no consolidado, possuiam 30 processos trabalhistas, 29 cíveis e 2 tributário avaliados como perda possível totalizando o valor de R\$9.780, R\$4.526 e R\$ 32.130, respectivamente (R\$4.140, R\$2.860 e R\$ 5.090 em 31 de dezembro de 2019 relacionadas a processos trabalhistas, cíveis e tributário respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas, tiveram 12 processos trabalhistas baixados totalizando um montante de R\$ 413.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas, possuiam depósitos judiciais referentes a recolhimento de PIS e COFINS e ICMS de acordo com mandados de segurança, no valor de R\$ 13.734 (R\$ 11.756 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 27.040 e referentes à IR e INSS (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019) por ação que discute exigibilidade dos impostos no âmbito do exercício de opção relacionados a Stock Options.

18 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 14.622 (R\$ 12.673 em 31 de dezembro de 2019), sendo referente a salários e benefícios variáveis dos quais R\$ 14.184 referem-se a benefícios de empregados de curto prazo (R\$ 12.075 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 438 a benefícios de assistência médica (R\$ 598 em 31 de dezembro de 2019).

Os valores de partes relacionadas referem-se basicamente a transações financeiras sob condições contratuais, definidas internamente pela Companhia e sua controladas.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa:

		Contro	oladora	
	Ati	vos	Pass	ivos
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos com a controladora				
Girocantex S.A. (a)	-	-	(734)	(504)
Hidrovias del Sur S.A. (b)	10.271	4.776	(509)	(391)
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A (h)	8.928	3.724	(6.104)	(169)
Hidrovias do Brasil – Interm. e Agenc. Serv. Ltda. (e)	-	114	(68)	(3)
Hidrovias do Brasil Adm Portuária Santos S.A.(f)	1.601	1.746	(36)	-
Hidrovias International Finance S.à.r.l	-	198	(46)	(47)
Dividendos	14.090	37.032	-	(363)
Mútuo (g)	-	-	(55.984)	-
Subtotal	34.890	47.590	(63.481)	(1.477)
Circulante	29.693	43.365	(63.481)	(1.477)
Não circulante	5.197	4.225	-	-

		Consolid	ado	
	Ativo	S	Pass	ivos
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos com Joint Venture Obrinel	3.820	-	-	-
Não circulante	3.820	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

			Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Garantias e depósito caução (d)	8.253	6.401		
BNDES (c)	-	-	666.484	529.072
Dividendos a pagar	237	2.834	-	-
Subtotal	8.490	9.235	666.484	529.072

	Control	adora	Consoli	idado
-	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas (despesas):				
Variação cambial sobre depósito caução (d)	(1.852)	(255)	(1.852)	(255)
Variação cambial sobre mutuo	(973)	(349)	(973)	(349)
Subtotal	(2.825)	(604)	(2.825)	(604)
BNDES (c)	-	-	(22.291)	(17.599)
Subtotal	-	-	(22.291)	(17.599)
Total	(2.825)	(604)	(25.116)	(18.203)

- (a) Referem-se a gastos reembolsáveis com estruturação do financiamento para o Projeto Vale com a controlada indireta Girocantex no Brasil.
- (b) Refere-se aos juros com empréstimos com a controlada indireta Girocantex.
- (c) Refere-se aos juros com empréstimos com a controlada indireta Hidrovias do Brasil Cabotagem.
- (d) Conforme mencionado na Nota 8, referem-se a recursos financeiros concedidos para a Obrinel sem cobrança de juros, os quais serão liquidados após a comprovação de performance dos ativos e conclusão das instalações portuárias. Os resultados financeiros decorrentes de variação cambial são reconhecidos no resultado do período.
- (e) Refere-se a despesas operacionais com a controlada direta Hidrovias do Brasil Interm. e Agenc. Serv. Ltda.
- (f) Refere-se a gastos com projeto de administração da sua controlada Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.
- (g) Refere-se substancialmente a mútuo com a controlada indireta Hidrovias del Sur o montante de R\$ 25.984 com prazo para liquidação até 31 de dezembro de 2020, com cobrança de mora se houver atraso no pagamento e ao mútuo com a controladora indireta O contrato possui previsão de pagamento até 01 de fevereiro 2021. Hidrovias do Brasil Vila do Conde S.A. no montante de R\$ 30.000 com prazo de 365 dias, a contar de 18 de junho de 2020, com cobrança de mora se houver atraso no pagamento e sem previsão de juros contratuais.
- (h) Refere-se a despesas operacionais com a controlada direta Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A, não preveem prazo de liquidação nem correção monetária.

19 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$1.359.469 (R\$1.307.683 em 31 de dezembro de 2019), representado por 760.382.643 (748.610.665 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 está detalhada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020		31/12/2019	
Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Pátria Infraestrutura - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	153.484.062	20,2	347.736.034	46,5
Patria Infraestrutura Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	8.745.834	1,2	-	0,0
Sommerville Investments B.V.	63.517.842	8,4	136.149.027	18,2
GIC Private Limited	41.458.422	5,5	-	0,0
1505718 Alberta Ltd.	25.490.517	3,4	54.638.333	7,3
1505722 Alberta Ltd.	9.926.779	1,3	21.277.822	2,8
HBSA Co-Investimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	32.621.750	4,3	69.923.967	9,3
BTO - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimentos no Exterior	32.621.750	4,3	69.923.967	9,3
Outros	392.515.687	51,6	48.961.515	6,5
Total	760.382.643	100	748.610.665	100

(*) Nenhum outro grupo de acionistas possuem mais de 5% do capital da Companhia

Aumentos de capital

Em 2019 a Companhia realizou uma redução de capital, transferindo para reserva de capital o montante de R\$ 603.

Em 1º de setembro de 2020 a Companhia realizou o aumento de capital de 11.771.978 novas ações ordinarias totalizando um aumento R\$51.786.

Em 25 de setembro de 2020, a Companhia realizou a sua oferta pública de distribuição secundária (IPO) de, inicialmente, 399.426.570 ações ordinárias, de titularidade dos Acionistas Vendedores (conforme definido nos documentos do IPO). O preço foi de R\$7,56 por ação ordinária. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código HBSA3.

Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Reserva de incentivo fiscal

De acordo com o estatuto da Companhia foi registrado no patrimônio líquido o incentivo fiscal conforme descrito na nota explicativa 30.

Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei 6.404/76.

20 Resultado por ação

O resultado por ação diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no exercício, conforme quadro a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

_	31/12/2020	31/12/2019
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(105.545)	58.609
Média ponderada de ações básicas	752.513	748.611
(Prejuízo) lucro líquido do exercício por lote de mil ações básicas	(0,1403)	0,0783
	31/12/2020	31/12/2019
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(105.545)	58.609
Média ponderada de ações básicas	752.513	748.611
Efeito dilutivo	4.721	6.006
Média ponderada de ações diluídas	757.234	754.616
(Prejuízo) lucro líquido do exercício por lote de mil ações diluídas	(0,1394)	0,0777

^(*) O (prejuízo) lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta, o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

21 Programa de opção de compra de ações

Em 27 de julho de 2016, foram aprovados por meio de Assembleia Geral Extraordinária os termos do Plano de Outorga de Opções de Ações ("Plano"), que tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores e profissionais estratégicos, com o objetivo principal de atração e retenção dos mesmos. O Plano substituiu o Plano de Opção de Compra de Ações originalmente aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 07 de dezembro de 2010. Os participantes indicados, observadas as regras e condições definidas a cada programa, receberam a oferta da opção de compra de ações em número definido pelo Conselho de Administração, e cada opção de compra atribui ao seu titular o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia, nos termos e nas condições do Plano e dos programas aprovados.

Em 18 de outubro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou um aditamento ao Plano de Opção de Compra de Ações originalmente aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de julho de 2016, a fim de promover alterações nas regras de preço de exercício, no cálculo de correção do preço de exercício e outras modificações. A outorga desses programas ocorreu em fevereiro de 2019.

A Companhia reconheceu as opções de ações outorgadas em seu Patrimônio Líquido, com contrapartida no resultado do exercício. O reconhecimento se deu proporcionalmente às vigências dos respectivos períodos de vesting (carência) dos lotes outorgados, registrando o montante acumulado de R\$29.775 (R\$12.726 em 2019). A despesa reconhecida no resultado do exercício foi de R\$17.050 (R\$3.591 em 2019).

Como determina o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga (data de concessão) com base no modelo "Black-Scholes" de precificação de opções.

Como premissas de cálculo dos programas de 2017, 2018 e 2019, foram utilizadas as seguintes definições:

- Preço médio ponderado da ação na data de outorga: R\$ 4,70
- Preço de Exercício das opções: Definido em função do programa (ver tabela a seguir).
- Volatilidade esperada: 35,35%, A volatilidade esperada foi calculada por meio do desvio padrão da média dos retornos diários.das ações de um grupo de empresas comparáveis. Este grupo inclui a Rumo, Taesa, Alupar, Isa CTEEP, Kirby, SITC, Pacific Basin e Evergreen Marine. O histórico de pregões utilizados é similar ao prazo de vencimento das opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Prazo de vida da opção: 5 anos, segundo prazo contratualmente definido
- Dividendos esperados: não é necessário incluir o efeito dos dividendos, uma vez que a distribuição de dividendos reduz o preço de exercício das opções.
- Inflação esperada: para o cálculo da correção do preço de exercício foi utilizada uma estimativa de inflação de 4,2% a.a. com base no NTNB com vencimento próximo ao prazo de vencimento da opção.
- Taxa de juros livre de risco: foi estimada taxa de 8,31% com base na projeção da curva DI para a data de vencimento das opções.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral da Companhia o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Hidrovias do Brasil S.A. ("ILP"). Caberá ao Conselho de Administração a autorização para outorgar Ações Restritas em favor dos participantes, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. A outorga de ações Restritas deverá ser realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os participantes.

Em 1º de setembro de 2020 foram subscritas 11.771.978 novas ações ordinárias, através da integralização do valor de R\$ 51.786. As opções foram exercidas a um Preço Médio de Exercício de R\$ 4,40, representando um total de 41% das ações "vestidas" até o momento, que são parte integrante dos planos outorgados que detalhamos abaixo:

		Data limite para	Preço exercício (em			Exercidas em		Valor justo
Plano/Programa	"Vesting"	exercício	R\$) (*)	Outorgadas	Cancelada/expiradas	01/09/2020	Em aberto	(em R\$) (**)
2010/1 ^a	07/12/2011	31/03/2024	1,00	500.000	-	259.500	240.500	1,13
2010/1 ^a	07/12/2012	31/03/2024	1,00	500.000	-	259.500	240.500	1,27
2010/1 ^a	07/12/2013	31/03/2024	1,00	500.000	-	259.500	240.500	1,43
2010/1 ^a	07/12/2014	31/03/2024	1,00	500.000	-	259.500	240.500	1,61
			Total Plano de 2010	2.000.000	_	1.038.000	962.000	

		Data limite para	Preço exercício (em			Exercidas em		Valor justo
Plano/Programa	"Vesting"	exercício	R\$) (*)	Outorgadas	Cancelada/expiradas	01/09/2020	Em aberto	(em R\$) (**)
2011/1 ^a	10/05/2012	31/03/2024	1,00	25.000	-	12.975	12.025	1,17
2011/1 ^a	10/05/2013	31/03/2024	1,00	25.000	-	12.975	12.025	1,31
2011/1 ^a	10/05/2014	31/03/2024	1,00	25.000	-	12.975	12.025	1,47
2011/1 ^a	10/05/2015	31/03/2024	1,00	25.000	-	12.975	12.025	1,65
			Total Plano de 2011	100.000	-	51.900	48.100	

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Cancelada/expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2012/1 ^a	26/05/2013	31/03/2024	1,14	338.750	125.000	82.593	131.157	1,37
2012/1 ^a	26/05/2014	31/03/2024	1,14	338.750	125.000	82.593	131.157	1,54
2012/1 ^a	26/05/2015	31/03/2024	1,14	338.750	125.000	82.594	131.156	1,73
2012/1 ^a	26/05/2016	31/03/2024	1,14	338.750	157.500	82.595	98.655	1,93
2012/2ª	10/08/2013	31/03/2024	1,28	100.000	-	60.000	40.000	1,56
2012/2ª	10/08/2014	31/03/2024	1,28	100.000	-	60.000	40.000	1,75
2012/2ª	10/08/2015	31/03/2024	1,28	100.000	-	60.000	40.000	1,98
2012/2ª	10/08/2016	31/03/2024	1,28	100.000	-	60.000	40.000	2,23
			Total Plano de 2012	1.755.000	532.500	570.375	652.125	

Data limite para

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Preço exercício (em

Exercidas em

Valor justo

Plano/Programa	"Vesting"	exercício	R\$) (*)	Outorgadas	Cancelada/expiradas	01/09/2020	Em aberto	(em R\$) (**)
2013/1 ^a	31/03/2014	31/03/2024	1,41	275.234	30.090	93.460	151.684	1,77
2013/1 ^a	31/03/2015	31/03/2024	1,41	275.234	30.090	93.460	151.684	2,01
2013/1 ^a	31/03/2016	31/03/2024	1,41	275.233	35.400	93.460	146.373	2,25
2013/1 ^a	31/03/2017	31/03/2024	1,41	275.233	76.110	93.360	105.763	2,54
			Total Plano de 2013	1.100.934	171.690	373.740	555.504	
Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Cancelada/expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2014/1 ^a	31/03/2015	31/03/2024	1,68	555.750		219.034	336.716	2,20
2014/1 ^a	31/03/2016	31/03/2024	1,68	555.750	4.500	219.034	332.216	2,47
2014/1 ^a	31/03/2017	31/03/2024	1,68	555.750	58.500	218.884	278.366	2,80
2014/1 ^a	31/03/2018	31/03/2024	1,68	555.750	58.500	218.884	278.366	3,15
			Total Plano de 2014	2.223.000	121.500	875.836	1.225.664	
Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para	Preço exercício (em	Outorgadas	Cancelada/expiradas	Exercidas em	Em aberto	Valor justo
	"Vesting" 27/07/2016	exercício	R\$) (*)		Cancelada/expiradas	01/09/2020	Em aberto 503.219	(em R\$) (**)
Plano/Programa 2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a	"Vesting" 27/07/2016 31/03/2017		,	889.295	Cancelada/expiradas - 78.642		Em aberto 503.219 424.677	(em R\$) (**) 0,00
2016 A/1 ^a	27/07/2016	exercício 31/03/2024	R\$) (*) 3,64		-	01/09/2020 386.076	503.219	(em R\$) (**)
2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017	exercício 31/03/2024 31/03/2024	R\$) (*) 3,64 3,64	889.295 889.295	- 78.642	01/09/2020 386.076 385.976	503.219 424.677	(em R\$) (**) 0,00 0,93
2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017 31/03/2018	exercício 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024	R\$) (*) 3,64 3,64 3,64	889.295 889.295 889.295	- 78.642 78.642	01/09/2020 386.076 385.976 385.976	503.219 424.677 424.677	(em R\$) (**) 0,00 0,93 1,06
2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017 31/03/2018	exercício 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024	R\$) (*) 3,64 3,64 3,64 3,64	889.295 889.295 889.295 889.295 3.557.180	78.642 78.642 134.520	01/09/2020 386.076 385.976 385.976 382.993	503.219 424.677 424.677 371.782	(em R\$) (**) 0,00 0,93 1,06
2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a 2016 A/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017 31/03/2018 31/03/2019	exercício 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 T	R\$) (*) 3,64 3,64 3,64 3,64 7otal Plano de 2016 A	889.295 889.295 889.295 889.295 3.557.180	78.642 78.642 134.520 291.804	01/09/2020 386.076 385.976 385.976 382.993 1.541.021	503.219 424.677 424.677 371.782 1.724.355	(em R\$) (**) 0,00 0,93 1,06 1,14 Valor justo
2016 A/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017 31/03/2018 31/03/2019 "Vesting"	exercício 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 T Data limite para exercício	R\$) (*) 3,64 3,64 3,64 3,64 7 (a) (b) (c) (c) (c) (c) (c) (c) (c) (c) (c) (c	889.295 889.295 889.295 889.295 3.557.180	78.642 78.642 134.520 291.804	01/09/2020 386.076 385.976 385.976 382.993 1.541.021 Exercidas em 01/09/2020	503.219 424.677 424.677 371.782 1.724.355	(em R\$) (**) 0,00 0,93 1,06 1,14 Valor justo (em R\$) (**)
2016 A/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017 31/03/2018 31/03/2019 "Vesting" 31/03/2017	exercício 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 T Data limite para exercício 31/03/2024	R\$) (*) 3,64 3,64 3,64 3,64 Cotal Plano de 2016 A Preço exercício (em R\$) (*) 3,48	889.295 889.295 889.295 889.295 3.557.180 Outorgadas 720.330	78.642 78.642 134.520 291.804 Cancelada/expiradas 55.675	01/09/2020 386.076 385.976 385.976 382.993 1.541.021 Exercidas em 01/09/2020 305.281	503.219 424.677 424.677 371.782 1.724.355 Em aberto 359.374	(em R\$) (**) 0,00 0,93 1,06 1,14 Valor justo (em R\$) (**) 1,06 1,17
2016 A/1 ^a 2016 B/1 ^a 2016 B/1 ^a	27/07/2016 31/03/2017 31/03/2018 31/03/2019 "Vesting" 31/03/2017 31/03/2018	exercício 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 31/03/2024 T Data limite para exercício 31/03/2024 31/03/2024	R\$) (*) 3,64 3,64 3,64 3,64 Cotal Plano de 2016 A Preço exercício (em R\$) (*) 3,48 3,48	889.295 889.295 889.295 889.295 3.557.180 Outorgadas 720.330	78.642 78.642 134.520 291.804 Cancelada/expiradas 55.675 55.675	01/09/2020 386.076 385.976 385.976 382.993 1.541.021 Exercidas em 01/09/2020 305.281 305.281	503.219 424.677 424.677 371.782 1.724.355 Em aberto 359.374 359.374	(em R\$) (**) 0,00 0,93 1,06 1,14 Valor justo (em R\$) (**) 1,06

	Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (***)	Outorgadas	Cancelada/expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)	
•	2017	31/03/2018	31/03/2024	3,62	793.750	-	380.751	412.999	1,66	
	2017	31/03/2019	31/03/2024	3,62	793.750	-	380.751	412.999	1,66	
	2017	31/03/2020	31/03/2024	3,62	793.750	56.250	359.815	377.685	1,66	
	2017	31/03/2021	31/03/2024	3,62	793.750	56.250		737.500	1,66	
				Total Plano de 2017	3.175.000	112.500	1.121.317	1.941.183		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Plano/Program	ma "Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (***)	Outorgadas	Cancelada/expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2018	01/02/2019	31/03/2024	4,70	1.400.000	-	712.781	687.219	1,33
2018	01/02/2020	31/03/2024	4,70	1.400.000	62.500	687.781	649.719	1,33
2018	50% Mediante evento de liquidez	31/03/2024	4,70	2.800.000	125.000	1.375.563	1.299.437	1,33
			Total Plano de 2018	5.600.000	187.500	2.776.125	2.636.375	1,33

Plano/Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (***)	Outorgadas	Cancelada/expiradas	Exercidas em 01/09/2020	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2019	13/02/2020	31/03/2024	4,70	1.500.000	-	738.770	761.230	1,37
2019	13/02/2021	31/03/2024	4,70	1.500.000	-		1.500.000	1,37
2019	50% Mediante evento de liquidez	31/03/2024	4,70	3.000.000	-	1.477.542	1.522.458	1,37
			Total Plano de 2019	6.000.000	-	2.216.312	3.783.688	1,37
			Total	28.392.434	1.737.175	11.771.978	14.883.281	

^(*) Valor de exercício na data da outorga. O preço do exercício é corrigido pelo IPCA acrescido de 7% ao ano.

Plano atual aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia com data limite de exercício em 31/03/2024.

22 Compromissos e garantias

Como parte da estratégia de negócios, celebramos contratos de longo prazo com os nossos clientes com requisitos mínimos de volume e taxas fixas de frete. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo com os seguintes clientes:

- 1. VALE, no Corredor Sul, com validade de 25 anos a partir de maio de 2014.
- 2. SODRU, no Corredor Sul, com validade de 8 anos a partir de março de 2014.
- 3. SODRU, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de fevereiro de 2017 (estendido para 2029).
- 4. COFCO, no Corredor Sul, com validade inicial de 5 anos a partir de fevereiro de 2014, estendido para dezembro de 2024.

^(**) Valor justo na data da outorga.

^(***) Valor de exercício na data da outorga. O preço do exercício é corrigido pelo IPCA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 5. COFCO, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de 2016 (estendido para 2031).
- 6. ALUNORTE, no Corredor Norte, com validade de 25 anos a partir de 2010 (adquirido em 2016).
- 7. FERTILIZANTES TOCANTINS, no Corredor Norte, com validade de 3 anos a partir de 2019.
- 8. SALINOR, no Corredor Norte, com validade de 20 anos a partir do início da operação prevista para iniciar em 2021.

Em 17 de setembro de 2018, a antiga HB Navegação Norte hoje incorporada na controlada indireta HB Vila do Conde, firmou contratos de arrendamento operacional dos empurradores Don Antonio e HB Draco, de propriedade respetivamente das controladas indiretas Pricolpar S.A. Cikelsol S.A., pelo prazo de 64 meses, contados a partir do dia 11 de fevereiro de 2019.

A HB Navegação Norte e HB Miritituba foram incorporadas em 1º de janeiro de 2019 pela HB Vila do Conde. A empresa e suas controladas possuem fianças referentes a garantias junto a órgãos reguladores, manutenção e docagem de alguns ativos e para outras atividades operacionais registradas em instituições financeiras que a empresa e suas controladas possuem relacionamento.

23 Receita operacional líquida

	Consolid	ado
	31/12/2020	31/12/2019
Corredor Sul (a):		
Serviços de transporte	484.208	378.027
Corredor Norte:		
Serviços de elevação	183.304	122.123
Serviços de transbordo	64.827	42.344
Serviços de transporte	608.373	250.589
Serviços de intermediação	27.452	39.541
Cabotagem:		
Serviços de cabotagem	239.220	178.068
Santos:		
Serviços de elevação	46.589	
Subtotal	1.169.765	632.665
Total da receita bruta	1.653.973	1.010.692
ISS	(16.224)	(10.725)
PIS	(5.904)	(5.658)
COFINS	(27.259)	(20.886)
ICMS	(3.390)	(8.742)
Subtotal dos impostos	(52.777)_	(46.011)
Hedge Accounting	(139.093)	(26.736)
Total da receita líquida	1.462.103	937.945

A receita com Take or Pay totalizou R\$ 334.622 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$ 70.628 Cabotagem e R\$ 263.994 Corredor Sul (R\$ 175.168 em 31 de dezembro de 2019, sendo R\$ 21.226 Corredor Norte, R\$ 16.229 Cabotagem e R\$ 137.713 Corredor Sul), vide maiores detalhes na nota explicativa nº 29.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme mencionado anteriormente na nota explicativa nº 6.1, existe uma certa concentração das receitas operacionais, sendo assim distribuídas como:

i) Cliente A 20,8% (21,8% em 31 de dezembro de 2019; ii) B 18,3% (21,6% em 31 de dezembro de 2019, iii) C 10,4% (15,5% em 31 de dezembro de 2019) iv) D 9,1% (5,7% em 31 de dezembro de 2019) e representam em sua totalidade aproximadamente 58,6% da receita líquida total (61,3% em 31 de dezembro de 2019). Nenhum outro cliente representa mais de 10% da receita líquida consolidada.

24 Custos e despesas por natureza

24.1 Custos de serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Salários, encargos e benefícios (**)					
	(69.509)	(37.642)	(233.688)	(154.964)	
Depreciações e amortizações	(7.422)	(8.234)	(223.755)	(184.513)	
Manutenção	(50)	-	(42.147)	(34.579)	
Combustível	-	-	(123.259)	(112.432)	
Serviços de terceiros (***)	(28.489)	(23.967)	(75.291)	(48.422)	
Aluguéis	(225)	(191)	(39.923)	(29.502)	
Fretes (*)	-	(10)	(352.572)	(37.477)	
Viagens e Passagens	(1.045)	(3.225)	(6.517)	(8.975)	
Amarradeiro	-	-	(25.255)	(21.147)	
Copa e cozinha	(15)	(128)	(6.561)	(5.923)	
Agenciadores	-	-	(14.133)	(17.409)	
Operacionais e segurança	-	-	(16.417)	(17.135)	
Taxas diversas	(916)	(430)	(8.793)	(1.484)	
Materiais operacionais	(66)	(117)	(171)	(239)	
Processos judiciais	(22)	-	(8.401)	1.728	
Pilotagem exterior	-	-	(27.991)	(17.082)	
Provisão para risco de créditos	-	-	(2.750)	-	
Outras (despesas) receitas	(1.489)	(2.797)	(80.326)	(23.429)	
Total	(109.248)	(76.741)	(1.287.950)	(712.984)	
Classificados como:					
Custo dos serviços prestados	-	-	(1.089.606)	(625.770)	
Gerais e administrativas	(109.248)	(76.741)	(198.344)	(87.214)	
Total	(109.248)	(76.741)	(1.287.950)	(712.984)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) Refere-se a contratação de serviços de frete rodoviário como parte da solução Multimodal (OTM), essa modalidade contempla a origem das cargas até seu destino final através dos modais Rodoviário e Aquaviário.
- (**) O crescimento exponencial dos volumes transacionados pela Companhia, bem como sua entrada no mercado de capitais na B3, acabaram por puxar um ajuste no quadro de funcionários para o ano.
- (***) Na rúbrica de serviço de terceiro destacamos o valor de R\$ 24.009 mil que refere-se a gastos com o processo de IPO da Companhia no exercício de 2020.

24.2 Outras Despesas/Receitas

	Control	ladora	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		
Créditos extemporâneos de PIS/COFINS	-	-	6.468	21.134		
AFRMM (a)	-	-	15.336	15.623		
Varredura (b)	-	-	13.700	9.670		
Outros	_	(77)	(1.634)	-		
Total		(77)	33.870	46.427		

- (a) O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor, veja mais detalhes na nota explicativa 30.
- (b) Receita de varredura decorrente da operação nos terminais portuários.

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas:				
Rendas de aplicações financeiras	264	2.922	7.879	18.616
(-) Pis e Cofins s/ Receita Financeira	(90)	(136)	(250)	(425)
Atualizações monetárias e cambiais	-	1.507	-	-
Ganhos com investimentos (*)	-	999	36.862	13.830
Outras	2.152	5	9.930	1.409
Total	2.326	5.297	54.421	33.430

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas:				
Juros s/ empréstimos	-	(158)	(209.617)	(162.203)
Mora	(2)	(10)	(391)	(95)
Custo de captação	(203)	(3)	(5.336)	(5.189)
Atualizações monetárias e cambiais	(715)	-	(88.502)	(5.574)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(415)	(437)	(1.601)	(872)
Perdas com investimentos (*)	(1.238)	(1.341)	-	-
Outras	(460)	(262)		(29.704)
	(3.033)	(2.211)	(305.447)	(203.637)
Resultado financeiro líquido	(707)	3.086	(251.026)	(170.207)

^(*) Ganhos ou perdas relacionados a fundos de investimentos expostos à variação do Dólar Americano.

26 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota nominal de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota nominal de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A que, em se apresentando Lucro Tributário, tem a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental.

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização.

Para o ano calendário 2020, a Companhia optou pela apuração do Lucro Real através da metodologia Anual, conforme apresentado nas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais encaminhadas à Receita Federal do Brasil, por este motivo no quadro a seguir são apresentadas as demonstrações dos cálculos do IRPJ e CSLL referente à consolidação dos nove primeiros meses do ano calendário em questão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

em R\$ mil 31/12/202 (Prejuízo) Lucro antes do IRPJ e da CSLL Alíquota nominal IRPJ e CSLL à Aliquota Nominal	95.232) 34% 32.379	74.573 34% (25.355)	31/12/2020 (48.365) 34%	31/12/2019 94.476
Alíquota nominal	34%	34%		94.476
· ————				
IRPJ e CSLL à Aliquota Nominal	32.379	(25.355)		34%
			16.444	(32.122)
Ajustes Permanentes:				
Equivalência patrimonial	5.006	50.424	(1.823)	(2.279)
Lucros no exterior (:	51.380)	(45.990)	(27.566)	-
Despesas Indedutíveis	(9.365)	(1.573)	(11.472)	(2.868)
Outros Ajustes:				
Subvenção Governamental	-	-	11.019	9.112
Compensação de prejuízo fiscais de anos anteriores	-	7.130	-	7.130
Imposto diferido s/ diferenças temporárias e prejuízos fiscais não reconhecidos	-	(935)	(49.597)	(958)
Diferença s/ alíquota na mensuração de impostos diferidos	-	-	(8.318)	(6.501)
Imposto diferido reconhecido de períodos anteriores	12.090	-	12.312	(7.923)
Programa de alimentação do trabalhador	202	135	1.061	342
Doações Incentivadas	-	200	-	200
Programa de licença maternidade	-	-	5	-
Impostos Pagos no Exterior	755	-	755	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.313)	(15.964)	(57.180)	(35.867)
Impostos Correntes (18.856)	(15.964)	(68.291)	(40.474)
Impostos Diferidos	8.543	-	11.111	4.607
(10.313)	(15.964)	(57.180)	(35.867)
Alíquota Efetiva (10,8%)	21,4%	(118,2%)	38,0%

A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda e contribuição social, no passivo, estão adequadas quanto ao período objeto desta demonstração financeira, na avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das legislações tributárias e experiências passadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos em 2020 sobre os saldos acumulados de diferenças temporárias e prejuízo fiscal, até 31 de dezembro de 2020, para as empresas Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A e Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda., sendo estas controladas desta Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, à alíquota de 6,25% de IRPJ (redução de 75%) e 9% de CSLL totalizando uma alíquota nominal de 15,25%, baseando-se no lucro da exploração que é um incentivo fiscal da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, pleiteado pela empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A e, para a empresa Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda. é reconhecido à alíquota de 25% de IRPJ e 9% de CSLL totalizando 34%, alinhados com a legislação vigente.

A rubrica de Variação Cambial é apresentada como consequência da adoção da tributação das variações cambiais pela metodologia de caixa, ao qual o efeito de tais ajustes, no LALUR/LACS, é o reconhecimento de ativo diferido nas controladas Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A e Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda. A controlada Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A também apresenta passivo diferido constituído sobre um dano patrimonial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

recebido em 2018.

Parte dos Impostos Diferidos, no montante de R\$ 91.032 mil, foram reconhecidos no Patrimônio Líquido, pois suas controladas possuem instrumento financeiro não derivativo, pela qual a parcela correspondente do IRPJ e CSLL diferidos é contabilizada em Outros Resultados Abrangentes.

Para as demais empresas do grupo, a Companhia entende que, neste momento, as empresas do grupo ao qual detém Prejuízos Fiscais e Bases de Cálculo Negativas de CSLL, bem como os ajustes temporários, ainda não possuem histórico de compensações tributárias, fazendo com que ainda não seja possível o reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados mensalmente, sendo movimentados conforme suas respectivas compensações ou caso sua realização não seja mais provável.

		Consolidado		Consolidado
		31/12/2019		
Em R\$ mil	Valor Líquido	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido
Provisão bônus	5.691	5.691	-	671
Provisão fornecedores	548	548	-	185
Provisão combustível	329	329	-	1.443
Outras provisões	1.179	1.179	-	914
Outras provisões operacionais	4.896	4.896	-	4.335
Contingências trabalhistas	1.493	1.493	-	897
Contingências judicial	-	-	-	-
Pis - Exigibilidade Suspensa	242	242	-	-
Cofins - Exigibilidade Suspensa	1.300	1.300	-	-
Perda na Renda Variável	537	537	-	-
Prejuízo fiscal	190	190	-	10.176
Variação cambial	173.971	173.971	-	71.845
Leasing Financeiro	272	272	-	-
Dano patrimonial	(41.786)		(41.786)	(43.748)
Impostos Ativos (passivos) antes da compensação	148.862	190.648	(41.786)	46.718
Compensação de Imposto		(41.786)	41.786	
Saldos Líquidos Apresentados no Ativo/Passivo		148.862	-	

A movimentação, no período, do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

Em R\$ mil	Consolid	lado
	30/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	46.718	29.767
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	11.111	4.607
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes Saldo Final	91.033 148.862	12.344 46.718

A Companhia estima realizar os saldos de ativos fiscais diferidos, conforme os períodos abaixo demonstrados, sendo no 1º ano serão realizadas as provisões e prejuízos fiscais e, do 5º ao 7º ano serão realizados os saldos de variação cambial oriunda do empréstimo que será liquidado neste período, conforme quadro demonstrativo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Até 1 Ano	14.326
De 1 a 2 Anos	537
De 2 a 3 Anos	1.814
De 5 a 10 Anos	173.971
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	190.648

27 Instrumentos financeiros

27.1. Instrumentos financeiros por categoria

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, os valores justos estimados dos instrumentos são os mesmos dos valores contabilizados exceto para empréstimos e financiamentos, conforme segue:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos					
Valor justo por meio do resultado:					
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	87.728	4.625	816.044	913.972
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.441	9.179	214.848	45.166
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	-	14.952	15.383
Garantia e depósito caução	Nível 2	9.100	6.704	9.491	6.704
Contas a receber	Nível 2	-	-	154.252	82.350
Créditos com partes relacionadas	Nível 2	20.800	10.558	3.820	-
Dividendos	Nível 2	14.090	37.032	-	-
Passivos					
Passivo pelo custo amortizado:					
Fornecedores	Nível 2	9.229	3.018	68.506	49.945
Contas a pagar com partes relacionadas	Nível 2	63.481	1.114	74.486	21.971
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	3.723.134	2.990.509
Dividendos a pagar	Nível 2	-	363	237	2.834

Nota: A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

• Nível 3: para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

27.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, segregados entre ativos classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, e passivos classificados por meio do custo amortizado. São substancialmente remunerados por taxas de mercado.

Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2020, exceto para empréstimos e financiamentos que possuem hedge accounting e estão apresentados a seguir.

	_	Valor Justo	Valor Contábil		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos	_				
Caixa e equivalentes de caixa		214.848	45.166	214.848	45.166
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	816.044	913.972	816.044	913.972
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	14.952	15.383	14.952	15.383
Garantia e depósito caução	Nível 2	9.491	6.704	9.491	6.704
Contas a receber	Nível 2	154.252	82.350	154.252	82.350
Créditos com partes relacionadas	Nivel 2	3.820	-	3.820	-
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	68.506	49.945	68.506	49.945
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	3.891.633	3.096.401	3.723.134	2.990.509
Dividendos a pagar	Nível 2	237	2.834	237	2.834

27.3. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia e suas controladas. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

27.4. Gerenciamento de riscos

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional.

A Companhia e suas controladas tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de taxas de câmbio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Atividade de Hedge
- Risco de taxa de juros

A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

É o risco de a Companhia e suas controladas, conforme nota explicativa 22, sofrerem perdas financeiras caso uma contraparte não cumpra uma obrigação prevista em contrato. A companhia esta exposta principalmente em atividades operacionais (com recebíveis de clientes) e atividades de investimento (através das aplicações financeiras).

Conforme mencionado em nota explicativa nº 6 a Companhia após análise e aplicabilidade das políticas de contas a receber não possui perda relevante para suas demonstrações financeiras.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão e as aplicações financeiras são direcionadas pela Tesouraria da companhia de acordo com a Política estabelecida afim de reduzir o risco financeiro da empresa. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Quanto aos Instrumentos Financeiros, a Companhia esta exposta principalmente em Caixa e Equivalentes de Caixa e Titulos e Valores Mobiliarios e portanto restringe a exposição à Instituições Financeiras de primeira linha, com classificação "investment grade" pelas agencias de risco amplamente aceitas no mercado além de reduzir o risco por meio da diversificação das contrapartes.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das informações intermediárias contábeis são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	1.441	9.179	214.848	45.166
Contas a receber	-	-	154.252	82.350
Títulos e valores mobiliários	87.728	4.625	816.044	913.972
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	14.952	15.383
Créditos com partes relacionadas	20.800	10.558	3.820	-
Garantia e depósito caução	9.100	6.704	9.491	6.704
Dividendos a receber	14.090	37.032	-	-
Total	133.159	68.098	1.213.407	1.063.575

Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa (Caixa e Equivalentes de Caixa e Titulos e Valores Mobiliarios) para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

O vencimento baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas possuem as respectivas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

obrigações:

	Consolidado						
	31/12/2020						
Risco de Liquidez	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante			
Fornecedores (Nota 14)	68.506						
Empréstimos e financiamentos (*)	266.743	253.599	255.263	3.740.081			

(*) O valor possui juros contratuais conforme abertura da nota 15.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas. As transações que sofrem oscilações são a parcela do Bond destinada a operação do corredor norte e as operações e financiamento da HB Cabotagem.

A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, compartilhadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos propósitos a que originalmente se propõem.

Conforme determinado pelo IFRS 9 (equivalente ao CPC 48), o objetivo da contabilização de hedge é representar nas demonstrações financeiras, o efeito das atividades de gerenciamento de risco da entidade que utiliza instrumentos financeiros para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado. Essa abordagem destina-se a transmitir o contexto de instrumentos de hedge para os quais deve ser aplicada a contabilização de hedge para permitir a compreensão de seus fins e efeitos.

Hedge Accounting Bond

Estruturação da operação de Hedge accounting

Para estruturar a operação, a Companhia definiu como risco a ser protegido, a variação cambial de parte de suas receitas futuras provenientes de um contrato de fretamento marítimo na modalidade Take or Pay, fixado em dólar norte-americano, originado por sua controlada indireta Girocantex.

A Companhia também está exposta a variação cambial decorrente da emissão de Bonds no valor de US\$ 600.000 mil com remuneração semestral de 5,95% a.a. e prazo de vencimento de 7 anos partir de 02 de maio de 2018, através de sua controlada direta Hidrovias Internacional. A Companhia realizou recompras no total de USD 24.850 mil , que reduzem sua dívida bruta neste mesmo montante.

Tanto as receitas em moeda estrangeira quanto as dívidas decorrentes da emissão dos Bonds estão expostas a risco de mesma natureza, e desta forma, o risco cambial das receitas futuras estariam naturalmente cobertos pelo risco cambial das dívidas. No entanto, apesar da cobertura econômica do risco de variação cambial, o resultado da Companhia é impactado pelo descasamento temporal entre o reconhecimento contábil da receita e da dívida. Dessa forma, a Companhia utilizará parte do valor do principal do Bond emitido em USD como um instrumento de hedge para proteção de parte de sua receita futura em USD, altamente provável.

Objetivo e estratégia da gestão de risco

As receitas futuras previstas e altamente prováveis, provenientes da operação de Take or Pay da Girocantex expõe a Companhia a riscos de mercado que envolvem flutuações na taxa de câmbio Real (BRL) contra Dólar norte-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

americano (USD), uma vez que a moeda funcional da Companhia é o Real (BRL).

A Política de Gestão de Riscos Financeiros, permite a estruturação de hedge accounting, com a utilização de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos com o objetivo de minimizar os efeitos das oscilações do USD no resultado da Companhia.

Com o objetivo de atender a Estratégia de Risco, a Administração decidiu designar como instrumento de hedge, parte do valor do principal da dívida em moeda estrangeira (Bond) com o objetivo de se proteger contraparte das variações cambiais em USD provenientes de seu contrato de Take or Pay na Girocantex.

Relação de hedge

A Companhia adotará o hedge de fluxo de caixa, conforme definido no IFRS 9 tendo como natureza do risco protegido a variação cambial.

• Natureza do risco protegido

Risco da variação de moeda estrangeira: variabilidade das taxas de câmbio das receitas previstas em dólar norteamericano, referente ao contrato de Take or Pay da Girocantex.

Identificação do objeto (item) de hedge

Risco de variação cambial de parte das receitas previstas em moeda estrangeira (mínimos 25% da receita trimestral), referente ao contrato de Take or Pay da Girocantex, por um período de 7 anos com início em 02 de maio de 2018.

• Identificação do instrumento de hedge

O instrumento de hedge, é uma parte do valor principal do Bond emitido, com as seguintes características:

Tipo	Bond
Data início contrato	24/01/2018
Data de vencimento	24/01/2025
Montante designado em USD	244.520.320
Paridade Inicial USD x REAIS	3,5424
Data Início do hedge	02/05/2018

• Efetividade da relação de hedge

Efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido.

Para se qualificar para contabilidade de hedge, os seguintes requisitos de efetividade devem ser atendidos:

O requisito para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido.

O instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que se movem em direções opostas. O aumento da taxa de câmbio gera uma valorização no reconhecimento da receita no resultado, sendo esta reconhecida no momento da entrega do produto transportado em seu destino. Nessa mesma direção, o aumento da taxa de câmbio

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

acarreta no aumento da dívida representado pelo Bond, gerando uma despesa no resultado. Da mesma forma que uma diminuição da taxa de câmbio gera um movimento oposto entre instrumento de hedge e item protegido. Esses movimentos acontecem em momentos distintos, visto que a dívida é um item reconhecido no balanço e a receita até a data de seu reconhecimento, é um item fora do balanço. Com o benefício da contabilidade de hedge, a variação cambial da dívida será reconhecida em outros resultados abrangentes, em reserva de hedge de fluxo de caixa e será reclassificada como ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado, ou seja, no reconhecimento efetivo da receita.

Hedge Accounting Cabotagem

• Estruturação da operação de Hedge accounting

Para estruturar a operação, a Empresa definiu como risco a ser protegido, a variação cambial de parte de suas receitas futuras provenientes de um contrato de prestação de serviços, fixado em dólar norte-americano, junto a Alunorte.

A Companhia também está exposta a variação cambial decorrente de empréstimos em moeda estrangeira no valor de US\$ 124.213.858 com prazo de vencimento de 13 anos.

Tanto as receitas em moeda estrangeira quanto as dívidas estão expostas a riscos de mesma natureza, e desta forma, o risco cambial das receitas futuras estariam naturalmente cobertos pelo risco cambial das dívidas. No entanto, apesar da cobertura econômica do risco de variação cambial, o resultado da Companhia é impactado pelo descasamento temporal entre o reconhecimento contábil da receita e da dívida. Dessa forma, a Companhia utilizará o valor do principal do empréstimo em USD como um instrumento de hedge para proteção de parte de sua receita futura em USD, altamente provável.

• Estratégia de gerenciamento de risco

A HB cabotagem tem como estratégia proteger uma porção de sua receita prevista em moeda estrangeira dos riscos de flutuação de câmbio.

Objetivos de gerenciamento de risco

A HB Cabotagem tem como objetivo proteger o risco de variação cambial de no mínimo 6% do fluxo de recebimento, proveniente do contrato de prestação de serviço junto a Alunorte. Os fluxos de recebimento protegidos têm início em 02 de abril de 2018, e previsão de termino em fevereiro de 2033.

A empresa utilizará o valor principal do empréstimo em moeda estrangeira, contraído junto ao BNDES como instrumento de proteção das receitas previstas.

O instrumento de hedge, é o valor principal da dívida em moeda estrangeira contraída junto ao BNDES, com as seguintes características:

Tipo	Dívida em moeda estrangeira (*)
Data início contrato	23/12/2016
Data de vencimento	15/03/2033
Montante USD	142.807.564
Paridade Inicial USD x REAIS	3,3104
Data Início do hedge	02/04/2018

(*) contratada junto ao BNDES

• Efetividade da relação de hedge

Efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para se qualificar para contabilidade de hedge, os seguintes requisitos de efetividade devem ser atendidos:

O requisito para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido.

O instrumento de hedge e o item protegido possuem valores que se movem em direções opostas. O aumento da taxa de câmbio gera uma valorização no reconhecimento da receita no resultado, sendo esta reconhecida no momento da entrega do produto transportado em seu destino. Nessa mesma direção, o aumento da taxa de câmbio acarreta no aumento da dívida representado pelo empréstimo, gerando uma despesa no resultado. Da mesma forma que uma diminuição da taxa de câmbio gera um movimento oposto entre instrumento de hedge e item protegido. Esses movimentos acontecem em momentos distintos, visto que a dívida é um item reconhecido no balanço e a receita até a data de seu reconhecimento, é um item fora do balanço. Com o benefício da contabilidade de hedge, a variação cambial da dívida será reconhecida em outros resultados abrangentes, em reserva de hedge de fluxo de caixa e será reclassificada como ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado, ou seja, no reconhecimento efetivo da receita.

Hedge Accounting Bond

Objeto de hedge		Risco) Protegido	Pe	eríodo d	e Proteção	Valor Principal US\$	em	Valor do Instrumento de Proteção
Variação cambia suas receitas futu	-	e Taxa Ca	âmbio Reai USD	·		744 5		320	244.520.320
Expectativa de re	alização								
2018	2019	20	20	202	1	2022 a 2	2025		Total
24.150.155	36.225.233	36.22	5.233	36.225	.233	111.694	.466	24	4.520.320
		2019	2020						
Variação Cambia	l - Resultado	204.003	285.110						
Variação Cambia	ıl - PL	257.896	543.006						

Hedge Accounting Cabotagem

Objeto de hedge	Risco Protegido	Período de Proteção	Valor Principal em US\$	Valor do Instrumento de Proteção
Variação cambial de parte de suas receitas futuras	Taxa Câmbio Reais - USD	02/04/2018 a 02/2033	142.807.564	142.807.564

Expectativa de realização

2018	2019	2020	2021	2022 a 2033	Total
3.129.018	10.261.948	5.202.740	10.692.544	113.521.314	142.807.564

_	2019	2020
Variação Cambial - Resultado	20.756	149.147

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Variação Cambial - PL 23.489 172.636

Risco de taxa de juros

Valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição ao risco de taxas de juros:

	Control	ladora	Consolidado		
Risco de Taxa de Juros	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa	1.441	9.179	214.848	45.166	
Títulos e valores mobiliários	87.728	4.625	816.044	913.972	
Aplicações financeiras vinculadas	_	_	14.952	15.383	
Empréstimos e financiamentos	-	-	3.723.134	2.990.509	

As taxas de juros estão divulgadas nas notas explicativas 5 e 15.

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Variação das taxas de juros e taxas de câmbio

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes.

A Companhia preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data base das informações contábeis intermediárias e os cenários II e III consideram redução de 25% e 50% respectivamente, na variável de risco considerada.

A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário. As tabelas abaixo indicam os índices considerados para a análise de viabilidade e o efeito desta no resultado:

Variação das Taxas de Juros	Taxa Estimada								
Instrumentos financeiros	Risco	Taxa	Cenário Provável	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Saldo em 31/12/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Títulos e valores mobiliários	CDI	1,90%	1,90%	1,61%	1,07%	46.896	117	(135)	(387)
Títulos e valores mobiliários	Tesouro Americano	0,08%	0,08%	0,06%	0,04%	423.064	-	(85)	(169)
Títulos e valores mobiliários	Variação Cambial - Ptax 800	5,1967	5,0900	3,8175	2,5450	346.083	(7.106)	(91.850)	(176.595)
Aplicação financeira vinculada	Selic	1,90%	2,15%	1,61%	1,07%	14.953	38	(43)	(123)
Total						830.996	(6.951)	(92.113)	(177.274)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Variação cambial

Para verificar a sensibilidade da exposição cambial líquida à qual a Companhia e suas controladas estavam expostas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram definidos 3 cenários diferentes, classificados como provável, possível e remoto. As variáveis consideradas estão descritas na tabela abaixo, seguida da sensibilidade. O cenário I considera as taxas de câmbio futuros observadas na data base das informações contábeis intermediárias e os cenários II e III consideram aumento de 25% e 50% respectivamente, na variável de risco considerada.

			Taxa Estimada						
	Risco	Taxa	Cenário Provável	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto	Saldo em 31/12/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimo - Financiamento de Projetos	USD	5,1967	5,0900	6,3625	50% 7,6350	666.485	13.684	(149.516)	(312.716)
Empréstimo - Bond	USD	5,1967	5,0900	6,3625	7,6350	3.054.182	62.709	(685.159)	(1.433.027)
Nota de Crédito de Exportação	USD	5,1967	5,0900	6,3625	7,6350	2.467	51	(553)	(1.158)
Total						3.723.134	76.444	(835.228)	(1.746.901)

27.5. Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada.

A dívida líquida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é apresentada a seguir:

	Controla	dora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Total dos passivos circulante e não circulante	(131.015)	(46.329)	(4.195.533)	(3.174.094)	
Caixa e equivalentes de caixa	1.441	9.179	214.848	45.166	
Títulos e valores mobiliários	87.728	4.625	816.044	913.972	
Aplicação financeira vinculada			14.952	15.383	
(Insuficiência) sobra líquida de caixa	(41.846)	(32.525)	(3.149.689)	(2.199.573)	
Patrimônio líquido	1.526.992	1.543.571	1.526.992	1.543.571	
Relação entre patrimônio e a (Insuficiência) sobra líquida de caixa	(3649%)	(4746%)	(48%)	(70%)	

28 Seguros

A Companhia e suas controladas mantém a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas instalações operacionais, embarcações e barcaças e, também, para os riscos de engenharia e obras dos projetos, responsabilidade civil e danos materiais. A importância segurada em 31 de dezembro 2020 e de 31 de dezembro de 2019 é como segue:

Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019
Riscos Operacionais		
Operador portuário	1.007.615	842.615
Risco de engenharia	160.183	-
Riscos de obras	30.000	-
Casco/máquinas e responsabilidade civil (embarcações a casco nu)	888.371	833.533
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendavais e alagamentos	6.600	3.200
	2.092.769	1.679.348

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29 Informação por segmento

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das demonstrações financeiras e da Administração e é efetuada por meio da segmentação de negócio, o corredor norte contempla as operações de HB Vila do Conde, HB Santos, HB Cabotagem e HB Intermediação, o corredor sul contempla HB Hidrovias del Sur e suas subsidiárias e o outros, contempla a controladora Hidrovias do Brasil e HB Luxemburgo.

	Corredor Norte	e Corredor Sul Cabotagem		Santos	Outros	eliminações	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Receita líquida de serviços	856.166	484.208	223.395	39.761	-	-	1.603.530
Intercompany	1.972	10.932	-	-	-	(15.238)	(2.334)
Dedução - Hedge Accounting	-	(130.326)	(8.767)	-	-	-	(139.093)
Custo dos serviços prestados	(563.398)	(208.804)	(93.593)	(31.021)	-	-	(896.816)
Intercompany	(15.238)	-	-	-	-	15.238	
Despesas operacionais	(31.326)	(26.932)	(5.931)	(931)	(102.259)	-	(167.379)
Depreciação e amortização (custo)	(80.528)	(78.425)	(29.558)	(3.862)	(417)	-	(192.790)
Depreciação e amortização (despesa)	(7.521)	(5.755)	(4.207)	(6.942)	(6.540)	-	(30.965)
Outras despesas	17.988	93	15.786	3	-	-	33.870
Receita financeira	39.656	3.483	1.924	467	8.891	-	54.421
Despesa financeira	(155.089)	(108.564)	(25.146)	(12.936)	(3.712)	-	(305.447)
Equivalência patrimonial	909	(5.362)	-	-	14.723	(15.632)	(5.362)
Imposto de renda	(26.369)		(19.748)	<u>-</u>	(11.063)		(57.180)
Lucro (Prejuízo) do exercício	37.222	(65.452)	54.155	(15.461)	(100.377)	(15.632)	(105.545)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Corredor Norte	Sul	Cabotagem	Santos	Outros	eliminações	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Receita líquida de serviços	424.995	378.703	161.659	-			965.357
Intercompany	3.210	8.805	-			(12.691)	(676)
Receita - Hedge Accounting		(20.399)	(6.337)				(26.736)
Custo dos serviços prestados	(234.701)	(129.591)	(94.886)	-	81		(459.097)
Intercompany	(3.210)	(8.805)		-		12.691	676
Despesas operacionais	4.945	(6.022)	108	-	(69.082)	-	(70.051)
Depreciação e amortização	(81.046)	(57.565)	(37.667)	-	(8.234)	-	(184.512)
Depreciação e amortização (custo)	(79.405)	(54.184)	(33.460)	-	(300)	-	(167.349)
Depreciação e amortização (despesa)	(1.641)	(3.381)	(4.207)	-	(7.934)	-	(17.163)
Outras Despesas	22.441	659	23.404	-	(77)		46.427
Receita financeira	39.852	5.493	2.222	-	(14.137)		33.430
Despesa financeira	(112.952)	(60.781)	(39.330)	-	9.426		(203.637)
Equivalência patrimonial	-	(6.705)	-	-	148.305	(148.305)	(6.705)
Imposto de renda	(24.781)		4.878	-	(15.964)	-	(35.867)
Lucro (Prejuízo) do exercício	38.753	103.792	14.051	-	50.318	(148.305)	58.609

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a) As despesas operacionais englobam os gastos com a diretoria, funcionários, serviços de terceiros e outras despesas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou receitas provenientes de clientes domiciliados no Brasil, totalizando 70% da receita líquida total da Companhia, no valor de R\$ 1.119.322 (R\$580.986 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentou receitas provenientes do Uruguai. O total dessas receitas 30% da receita líquida total da Companhia, correspondente a R\$ 458.208 (R\$ 367.108 em 31 de dezembro de 2019).

O volume de grãos e fertilizantes no corredor norte totalizaram 6.331 mil toneladas (4.337 mil toneladas em 31 de dezembro de 2019), crescimento de 46% no período de 12 meses de 2020 quando comparado ao igual período do ano anterior.

O volume de grãos, fertilizantes e minério de ferro no corredor sul totalizou 1.889 mil toneladas (2.180 mil toneladas em 31 de dezembro de 2019), queda de 13% no período de 12 meses de 2020 quando comparado ao igual período do ano anterior.

O volume de navegação costeira totalizou 3.358 mil toneladas (3.673 mil toneladas em 31 de dezembro de 2019), queda de 9% no período de 12 meses de 2020 quando comparado ao igual período do ano anterior.

Contas patrimoniais

Contas patrimoniais

	Corredor Norte 31/12/2020	Corredor Sul 31/12/2020	Cabotagem 31/12/2020	Santos 31/12/2020	Outros 31/12/2020	Eliminações	Total 31/12/2020
Ativo circulante	349.852	550.921	178.116	70.052	470.039	(191.469)	1.427.511
Ativo não circulante	1.785.951	1.752.409	693.605	246.263	4.351.855	(4.543.097)	4.286.986
Total do ativo	2.135.803	2.303.330	871.721	316.315	4.821.894	(4.734.566)	5.714.497
Passivo circulante	216.870	109.079	95.358	65.964	150.161	(191.469)	445.963
Passivo não circulante	1.642.447	1.235.652	608.828	221.974	3.145.647	(3.111.841)	3.742.707
Patrimônio líquido Total do passivo e patrimônio líquido	276.486	958.599	167.535	28.377	1.526.086	(1.431.256)	1.525.827
	2.135.803	2.303.330	871.721	316.315	4.821.894	(4.734.566)	5.714.497

	Corredor Norte 31/12/2019	Corredor Sul 31/12/2019	Cabotagem 31/12/2019	Outros 31/12/2019	Eliminações	Total 31/12/2019
Ativo circulante	386.274	480.402	80.647	379.644	(80.573)	1.246.394
Ativo não circulante	1.575.285	1.238.933	677.301	3.658.133	(3.678.381)	3.471.271
Total do ativo	1.961.559	1.719.335	757.948	4.037.777	(3.758.954)	4.717.665
Passivo circulante	192.417	74.951	61.685	74.051	(79.912)	323.192
Passivo não circulante	1.240.660	912.417	490.572	2.423.807	(2.216.554)	2.850.902
Patrimônio líquido	528.482	731.967	205.691	1.539.919	(1.462.488)	1.543.571
Total do passivo e patrimônio líquido	1.961.559	1.719.335	757.948	4.037.777	(3.758.954)	4.717.665

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30 Subvenção e assistência governamentais

A Companhia goza de dois benefícios. Sendo eles:

AFRMM

O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor.

A Companhia recebe integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza. Esses recursos são restritos e só podem ser utilizados, exclusivamente, na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações.

No período de 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu os benefícios do AFRMM no grupo receitas (despesas) operacionais no montante de R\$ 15.336.

SUDAM

Lucro da Exploração – SUDAM é um incentivo fiscal concedido às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação de empreendimento de infraestrutura que fomente a economia, bem como esteja totalmente estabelecida nos estados abrangidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (ao qual o estado do Pará está incluso). Este benefício concede redução de 75% do Imposto Renda e seus adicionais (25% para 6,25%), pelo prazo de 10 anos.

Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a empresa Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A que, em se apresentando Lucro Tributário, tem a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. No período de 31 de dezembro de 2020, tal beneficio resultou em um ajuste de R\$ 5.916 em de Reserva de Incentivo Fiscal.

Diferimento do ICMS

A controlada Hidrovias do Brasil Cabotagem Ltda., usufrui do diferimento do ICMS sobre as operações de serviço de transporte no Estado do Pará.

31 Itens que não afetam caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 4.872 (R\$5.777 em 31 de dezembro de 2019) refere-se respectivamente a fornecedores para aquisição de imobilizados, R\$195.729 referente ao contrato de Santos e R\$29.540 juros capitalizados de empréstimos para aquisição de ativos não afetaram o caixa.

32 Evento subsequente

Em 20 de janeiro de 2021 a Companhia anunciou uma any-and-all tender offer das suas notas com remuneração de 5,95% a.a. e vencimento em 2025 ("Bond 2025") e em 25 de janeiro de 2021 a Companhia, por meio de sua subsidiaria Hidrovias International Finance, anunciou a oferta de uma nova emissão de Bond cuja destinação de recursos é a recompra antecipada do Bond 2025. Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia confirmou a recompra de 74% do Bond 2025 (aproximadamente US\$ 426 milhões) com recursos da nova emissão de Bonds, feita no valor total de US\$500 milhões e remuneração de 4,95% a.a. com vencimento em 2031.